



### **Ata nº 41**

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças):

Catarina Rodrigues dos Santos (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); Artur Clemente Neto Viegas (PS); Maria Fernanda Ribeiro (PSD); Márcia Alexandra Bernardo (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); Ana Maria Baptista André (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Júlio Miguel Guerra (PS); Hélder Manuel Ramos (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); João Paulo Avelino Pereira (PS); Dulce Vilhena (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (Independente); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Franciaco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo Azevedo Lage (PSD – União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Esto) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

- Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD) – Substituído por Catarina Rodrigues dos Santos;
- Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada;
- Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Carlos Alberto;
- António Manuel Fraga Miranda (PS) – Substituído por Artur Clemente Neto Viegas;



Assembleia Municipal de Faro  
26/04/2024

Ata nº. 41

- Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Maria Fernanda Ribeiro, nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, a qual, após **tomar posse**, tomou lugar na bancada do PSD.
- António Manuel Dias Mendonça (CDU) – Substituído por Márcia Alexandra Bernardo;
- António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por Ana Maria Baptista André, que após **tomar posse** tomou lugar na respetiva bancada;
- Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS) – Substituído por Júlio Miguel Guerra;
- Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD) – Substituída por Hélder Manuel Ramos;
- Susana Cristina da Silva Joaquim (PS) – Substituída por João Paulo Avelino Pereira;
- Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por Dulce Isabel Gonçalves Rodrigues Vilhena.

**- Composição da Mesa:**-----

Presidente: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

1º. Secretário: Cláudia Suzana Silva da Luz.

2.ª Secretária: Catarina Rodrigues dos Santos.

**- Membros do Executivo:**-----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho, o Vice- Presidente, Paulo Santos e os Vereadores Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:***

**I – Período Antes da Ordem do Dia**

**II – Período da Ordem do Dia:**



- 1 – **Conhecimento** da Proposta n.º 125/2024/CM – Norma de Controlo Interno – Atualização;
- 2 – Apreciação e deliberação acerca da Prestação de Contas Individual do Município de Faro e Prestação de Contas do Teatro Municipal de Faro, Serviços Municipalizados - Ano de 2023 – Proposta n.º 124/2024/CM;
- 3 – Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno no âmbito do Processo de obras n.º 144/2022, em nome de Bernardo Mascarenhas – Proposta n.º 42/2024/CM;
- 4 – Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público municipal de três parcelas de terreno no âmbito do Processo de obras n.º 335/2020, em nome JJI Blue, Lda. – Proposta n.º 119/2024/CM;
- 5 – Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com 2.192,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua Padre Júlio Tropa Mendes, em Estoi, União das Freguesias de Conceição e Estoi – Proposta n.º 130/2024/CM;
- 6 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **III - Moções**

#### **IV. Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.**

**Presidente da Assembleia em exercício** – «Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, cumprimento todos os membros desta Assembleia Municipal, senhores vereadores e o digníssimo público.

Vamos dar início ao período antes da ordem do dia.»

#### **Período Antes da Ordem do Dia**

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Obrigado Sr. Presidente, na sua pessoa saúdo o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público.



Eu noite, só queria aqui fazer duas perguntas ao Sr. Presidente, são perguntas suaves, leves, sem qualquer tipo de intenção de agitar as massas, pois o Sr. Presidente diz que eu estou sempre a agitar.

Sr. Presidente, há dias fui contactado por uma família, que é a família Coronel Cortes, não sei se conheceu ou se ouviu falar, que era proprietária de umas casas e uns terrenos aqui à entrada do Arco do Repouso e a Ermida do Repouso, era propriedade dele. Fui contactado pela neta e ela disse-me que o avô tinha dado a Ermida à Câmara Municipal e que tinha a documentação em que a Câmara tomou posse da Ermida do Arco do Repouso. A razão da minha chamada é que a Vila Adentro é muito visitada, tem a sua história e a Ermida é vista e muito filmada e, de facto, ela está abandonada. Se é propriedade da Câmara, de acordo com o que diz a família, a Ermida do Repouso, eu queria perguntar ao Sr. Presidente, qual é a possibilidade de requalificar aquela Ermida?

Segundo ponto, fui contactado por alguns cidadãos de Bom João, porque a Câmara, e eu recorde, estava aqui nessa altura, a Câmara fez uma cedência de um terreno no Bom João aos Bonjoanenses, com o objetivo de um clube desportivo que tem uma componente de prática de basquete, uma equipa até bastante importante para os jovens que praticam essa modalidade e a Câmara deu esse terreno para o Bonjoanense construir um polidesportivo e a sua sede, mas com a contrapartida de, num espaço de 10 anos, de acordo com o contrato que foi estabelecido com o Clube dos Bonjoanenses, aquele terreno revertia para a Câmara. A minha pergunta é apenas esta: nesse terreno está a ser construído um Lar de 3.<sup>a</sup> Idade, por um particular. A minha pergunta é esta: o terreno foi vendido em hasta pública? Em que condições é que a Câmara cedeu esse terreno a esta instituição que é privada? Portanto, esta é que é a razão e as pessoas estão muito preocupadas, porque é um terreno que é muito usado para estacionamento. Mas se a Câmara entendeu que é prioridade da Câmara dar outro destino ao terreno, a minha pergunta é, em que moldes é que o terreno foi cedido a esta instituição? Tenho dito.»

**O membro da AM, Ana Passos (PS)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara e na sua pessoa cumprimento o executivo, boa noite aos meus colegas e às minhas colegas e cumprimento o público aqui presente, bem como o público que nos acompanha *online*.



Sr. Presidente, acho que convém e é dever, penso eu, saudar a Comissão do 25 de Abril. Ontem tivemos um dia cheio, pleno de atividades, foi um dia muito digno, foram comemorações muito dignas, que estiveram à altura da data. Na pessoa do Sr. Presidente da Comissão, cumprimento a restante equipa, porque é uma equipa que trabalhou nestas iniciativas e cumprimento também as funcionárias da Assembleia Municipal, Cidália e São, e obviamente a Câmara, que também acompanhou os preparativos. Muito obrigada, Sr. Presidente.»

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe** – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Srs Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, excelentíssimo público aqui presente.

Gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Existe um terreno do exército português na estrada de Estoi para Santa Bárbara, na União de Freguesias da Conceição/Estoi, um terreno com bastantes hectares, que esteve previsto para lá uma instalação militar, mas essa instalação nunca veio a ser concretizada. Há uns dois ou três anos, ligou-me uma patente do exército, informando que o exército não tem interesse naquilo e que iria possivelmente colocar à venda ou desfazer-se do terreno. Eu, na altura, sinalizei o assunto junto da Câmara e gostaria de perguntar se a Câmara Municipal tem alguma notícia sobre esse assunto e se encetou algum procedimento sobre o mesmo, porque é um terreno bastante valioso para o possível desenvolvimento de algumas infraestruturas, nomeadamente empresariais.

Gostaria também de abordar uma segunda situação. O Concelho de Faro, como o nosso país, tem recebido nos últimos anos dezenas de milhares de imigrantes, especialmente nos últimos anos, imigrantes vindos da Ásia. E Portugal e o Algarve, nas últimas décadas, têm recebido bem as comunidades imigrantes, recordando aqui, após o 25 de Abril, dezenas de milhares de imigrantes vindos de África; depois, nos anos 90, dezenas de milhares de imigrantes vindos da Europa de Leste e agora dezenas de milhares de imigrantes vindos essencialmente da Ásia. E todas essas dezenas de milhares de pessoas têm vindo para o nosso país para contribuir para o nosso desenvolvimento. Sem as centenas de milhares de imigrantes que chegaram



cá nos últimos 30/40 anos, certamente não tínhamos metade das infraestruturas públicas, construções privadas, construção civil, ou seja, não tínhamos metade do que temos hoje em Portugal.

No entanto, nota-se que especialmente a barreira linguística, porque é uma língua completamente diferente do que é a nossa matriz europeia, coloca bastantes dificuldades até na integração dessas comunidades imigrantes. E há em Portugal infelizmente, fenómenos anti-imigração, fenómenos com caráter racista, fenómenos com caráter xenófobo e também crescem em Portugal redes de imigração clandestina. Sabe-se por exemplo, em Faro, que existem aqui nas periferias bastantes imigrantes que vivem em condições indignas. Tendo em consideração que a Câmara Municipal tem vindo a receber competências na área social, seria muito importante que, a nível da Câmara, se organizasse algum gabinete de intervenção para acompanhar estas comunidades, porque algumas delas estão a ser alvo de profunda exploração. Essas pessoas vêm para cá para contribuir para o nosso desenvolvimento e nós deveríamos ser mais proativos para evitar que mais tarde também crescessem outros tipos de fenómenos, nomeadamente a criminalidade e os tais fenómenos que eu estava aqui a falar, anti-imigração, racistas e xenófobos. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Hélder Ramos (PSD)** – «Boa noite, Sr. Presidente em exercício da Assembleia Municipal, cumprimento também o nosso Presidente da Câmara, Rogério Bacalhau, na sua pessoa todos os membros da vereação e da Assembleia Municipal, cumprimento todos os nossos colegas aqui presentes que representam todas as forças políticas nesta Assembleia, assim como cumprimento todo o público e as pessoas que nos acompanham através da Internet, em casa.

Sr. Presidente, trago-lhe aqui dois pontos sobre a nossa Ilha da Culatra. Um dos pontos era a possibilidade de se poder atribuir aos residentes da Culatra, um passe a título gratuito. Um passe que seja atribuído a residentes que têm o seu título reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, pela APA. Porque essas pessoas têm necessidade de se poder deslocar à cidade de Faro, para tratar das suas coisas, ir aos bancos, ao hospital, ao médico ou até mesmo levantar um medicamento na farmácia. Um simples medicamento custa dois euros e o bilhete custa cinco euros. Portanto, pedia ao nosso



executivo que olhasse para estas pessoas e que lhes propocionassem o passe gratuito para estas pessoas que têm estas residências reconhecidas.

Outra situação que queria falar com o nosso executivo, era saber o ponto da situação relativamente aos horários para a época de verão, para que seja também atribuído um horário igual como é na Praia da Ilha do Farol, para que os nossos veraneantes que vão à Culatra possam regressar também no horário das sete da tarde, porque o último barco que têm é às três da tarde. E para vir nesse horário das sete horas, temos que ir ao concelho vizinho apanhar o barco e depois regressar à nossa cidade. Acho que isso não é compatível com os nossos munícipes. Portanto, pedia-lhe mais uma vez, muito encarecidamente, que olhassem para esta situação destes dois pontos que estou a falar aqui, que é da nossa ilha, que pertence ao nosso concelho e que é a Culatra.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Trago aqui duas situações e a primeira tem a ver com as candidaturas ao associativismo. Como sabem, as candidaturas abriram no dia um de abril, é uma situação nova para todos os clubes, foi complicado. Houve uma formação presencial e uma formação através da Internet, dez dias após a abertura das candidaturas, porque ninguém se estava a entender com aquilo, é exaustivo.

Com certeza que já teve a oportunidade de ver o que estão a pedir, que para além da candidatura em si, que é relativamente simples, o que é muito complicado é tudo o que está antes da candidatura, ou seja, o registo da instituição e mais outro registo, ainda temos dois registos a fazer. Só no registo do clube à associação são pedidos mais de dez documentos e, portanto, o que eu quero dizer com isto é que deixaram menos de 20 dias úteis após a formação para os clubes se candidatarem. Ainda hoje, houve clubes que receberam um e-mail a alertar para o fim da candidatura, que é dia 30. E o que eu venho aqui pedir é que haja uma consideração no sentido de haver um alargamento do período da candidatura, nem que seja mais dez dias, porque vai haver dificuldade e com certeza muitos clubes terão dificuldade em conseguir fechar todo aquele processo de candidatura.

O outro assunto tem a ver com o passadiço da Praia de Faro, aquele que liga o parque de estacionamento de terra com a Ilha. Devem continuar, digo eu,



devem continuar a existir os roubos dos candeeiros que estavam no chão, porque quase que já não existiam aqueles buracos laterais onde estavam as luzes no passadiço e agora voltaram a aparecer buracos lá no chão. Portanto, aquilo à noite, apesar de ter iluminação, passa ali ainda muita gente e apesar desses buracos serem laterais, se calhar convinha pedir para taparem ou colocarem lá umas tampas, como já puseram nos outros, para evitar que aconteça alguém pôr lá um pé, cair e partir uma perna. Já não havia nenhum e agora já há alguns buracos lá no passadiço. É tudo, obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente em exercício, agradecendo por me dar a palavra, dirijo-lhe os meus melhores cumprimentos a si, à Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara e respetiva Vereação, aos Membros da Assembleia Municipal, ao público aqui presente e a quem nos assiste em casa.

Eu queria, em nome da Comissão do 25 de Abril, saudar a forma tão presente com que a Câmara se disponibilizou a ajudar permanentemente a Comissão de 25 de Abril. Gostaria de dizer que o contacto que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-Presidente tiveram com a Comissão foi fundamental para que os festejos dos 50 anos da Liberdade se tivessem dado de forma tão harmoniosa.

Por outro lado, e considerando que há aqui alguma polémica que hoje se levantou a propósito do desfile, gostaríamos de dar uma resposta, apenas informando que estava efetivamente marcado um desfile, este desfile deveria acontecer com crianças que, por seu turno, e já à última da hora, não apareceram, pelo que não foi possível alterar os planos que estavam já feitos.

Por outro lado, também não ajudou que este ano a sessão solene estivesse marcada para a tarde. De todo modo, note-se que, de manhã, houve uma série de festejos no Jardim Manuel Bivar, que foram, aliás, amplamente frequentados pelos munícipes que se deslocaram nessa manhã. E agradecemos também às associações que se disponibilizaram para estar presentes e se associaram a nós para festejar os 50 anos de abril. Disse, Sr. Presidente.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício. Boa noite a todos.



Falar sobre a Ilha de Faro também; recordo a inserção da rotunda do Aeroporto Gago Coutinho que foi resolvida através de uma ligeira retificação na inserção e no tráfego que se formava na rotunda e das filas de espera que no verão atingiam quase a Ilha de Faro.

Inversamente, vou fazer um pedido relativamente à atual construção da ponte da ilha, que eu acho extremamente importante não se retificar uma ideia que não terá sido a melhor. O atual perfil da ponte tem já seis/sete metros, dá já para duas faixas de rodagem, e vou apelar novamente para se manter a velha ponte, restaurada, que pode servir para tráfego de peões e ciclovias. Essa decisão, que é difícil, porque se vai poupar dinheiro, vai ser importante no sentido de uma política de retificação de ordens ou projetos emanados superiormente e que esta Câmara é quase que obrigada a aceitar e não tendo resolvido a sua situação com os seus técnicos que estão presentes no terreno e conhecem perfeitamente a situação. Como sabem, hoje, a pessoa que vai de carro para a ilha, já se forma uma fila até quase o aeroporto. Isto porque se alterou os timings dos semáforos. Portanto, um bom engenheiro de tráfego, poderá solucionar isto tudo.

A ponte poderia estar pronta este verão! Muito obrigado.»

**O membro da AM, Paulo Baptista (Independente)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício. Cumprimento a si e a todas as pessoas que estão presentes na Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, público presente e a todos os que nos estão a assistir.

Estamos em abril e felizmente tivemos alguma chuva, mas em breve vamos ter provavelmente períodos longos sem chuva e é importante, por isso, garantir a poupança de água e também, por isso mesmo, é necessário tomar algumas ações. No entanto, elas não devem prejudicar aquilo que é a fruição das infraestruturas públicas, que são consideradas essenciais pelas pessoas. Não estamos a falar de luxos, e sim de mínima qualidade de vida. E também ter em conta que pontos de água dispersos pelo concelho são fundamentais para garantir a sobrevivência das espécies que compõem a fauna, a avifauna, a biodiversidade do município e até os animais errantes.

As perguntas são: como é que o município se está a preparar para o futuro próximo, nesta matéria? Irá fechar as piscinas ao público e as fontes? Que são no fundo, os bebedouros que garantem a tal sustentabilidade dos habitats



urbanos, continuarão sem água? E sobre as fontes, ainda para terminar, penso que neste momento todas elas têm sistemas circulares que permitem a reutilização da água das mesmas. Será essencial deixá-las sem água ou continuar que elas não tenham água? Obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, e a todos os que nos acompanham tanto aqui como em casa.

Eu queria apenas referir o seguinte: hoje recebi múltiplas mensagens e testemunhos do modo como estão a decorrer os 50 anos do 25 de Abril. Não tenho dúvidas nenhuma de que muitas coisas correram bem, a maior parte delas. Nós fizemos mais de 30 eventos, mais de 30 eventos neste momento em todo o concelho de Faro, não houve sítio nenhum no município de Faro que não tivesse tido um acontecimento. Quaisquer questões que se levantem agora são apenas laterais, às quais não damos importância nenhuma. Agradeço ainda à bancada do PS, a referência que acabou de fazer na sua pessoa, Ana Passos. E quero agradecer ao Sr. Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara, porque ontem não tive oportunidade de o fazer, o apoio inestimável que nos concedeu durante toda esta jornada. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Obrigado, Sr. Presidente, boa noite a todos, cumprimento a Mesa, os Vereadores, os Membros da Assembleia Municipal e os digníssimos munícipes aqui presentes e os que nos acompanham à distância.

Sobre as questões que nos foram colocadas, a primeira sobre a Ermida do Arco do Repouso, ela é realmente nossa e funciona ali como uma propriedade horizontal, porque ela está inserida dentro do Arco do Repouso que não é nosso, é propriedade privada, juntamente com toda aquela muralha que ali está. Estamos neste momento a recuperá-lo e a intervir na sua recuperação, num processo que levou muito tempo a preparar, mas que estamos neste momento a fazer esse trabalho.

Sobre o terreno dos Bonjoanenses e o terreno do Lar são duas coisas distintas. Pelo que sei, o terreno do Lar foi vendido àquela instituição, penso que se chama Fundação Barnabé, no mandato do Dr. José Apolinário, acho que em hasta pública foi vendido mesmo. E a informação que tenho é que



provavelmente deve ter vindo à Assembleia. Não teve nada a ver com os meus mandatos. Aliás, sei disto porque em determinada altura – porque o terreno sempre esteve ali meio abandonado e servia de estacionamento – tive essa informação, e agora a Fundação Barnabé meteu um projeto à Câmara para fazer um lar e está a construí-lo. Portanto, esse era um terreno que era do município e que, segundo sei, foi alienado.

Sobre o terreno dos Bonjoanenses, ele foi cedido aos Bonjoanenes, é verdade, por pleno direito, foi doação, não foi direito de superfície, mas o terreno era posse plena dos Bonjoanenses. Em conversas com a atual direção, esse terreno foi “doador” novamente ao município. Houve uma escritura em que esse terreno veio ao município com o compromisso de o município fazer lá o polidesportivo. Portanto, é isso que estamos neste momento a fazer.

O terreno neste momento é do município, penso que está em procedimento a contratação de um gabinete para fazer esse mesmo polidesportivo, que depois quem cá estiver certamente cederá a utilização aos Bonjoanenses para desenvolver as suas atividades e para ficar à disposição dos farenses.

Portanto, esse terreno neste momento é nosso e estamos a desenvolver o projeto. Os Bonjoanenses não tinham condições para desenvolver aquele projeto, aliás, eles ainda tinham um esboço de alguém que fez uma primeira parte de um possível projeto de arquitetura, mas depois mandar fazer as especialidades e tudo isso para eles era oneroso e depois construir pior ainda. E nesse sentido, houve essa reversão do terreno para o município e estamos a tratar disso.

Sobre o que o Presidente Sérgio Martins referiu, acerca do terreno do Guilhim, há três imóveis no concelho que pertenciam ao exército. Aqui eu não tenho de cabeça, mas foi publicada uma lista de imóveis em todo o país, que o exército tinha prescindido e que ficavam à disposição, na altura, da Direção-Geral do Património e Finanças, que podia alienar, podia alugar, podia fazer qualquer coisa. Este qualquer coisa está debaixo da lei da programação militar, que diz que todo o património que pertence às forças armadas, seja que ramo for, tem que ser, em caso de não necessidade para as funções que estavam destinadas, pode ser rentabilizado e que essa rentabilização tem que ir obrigatoriamente para o apetrechamento militar.

Quando saiu esse despacho, nós fizemos o contacto com a Direção-Geral do Património e Finanças, que foi extinta salvo erro em 2023 (se não em 23 foi



no final de 22) e tudo isto, segundo me consta, passou para a Estamo. Portanto, neste momento é a Estamo que faz a gestão do património e não essa Direção Geral que foi extinta.

Nós fizemos o contacto com a Direção-Geral do Património, dizendo que estaríamos interessados nos três imóveis. Quais são os três imóveis? O Palácio Guerreirinho, que curiosamente foi o único que tivemos resposta. Este terreno no Guilhim, que são 20 e tal hectares, e o terreno que está lá em cima, na Rua de Berlim, onde a Junta de Freguesia instalou aquele parque canino e que pertencia também ao exército e que está disponível.

Nós fizemos o contacto com a Direção-Geral do Património, que mandou avaliar os três imóveis. No caso do Palácio Guerreirinho tinha uma avaliação na ordem de um milhão e não sei quanto, que eles perguntaram-nos se nós estaríamos interessados em comprar e nós respondemos que não e, portanto, deviam alienar. E não porquê? Porque se nós comprássemos aquilo e não chegava a um milhão e meio, teríamos que gastar lá mais dois ou três milhões para fazer ali algo que, na minha ótica, devia ser cultural, ligada a residências artísticas, mas nunca mais tive notícia disso.

Sobre o terreno do Guilhim nunca nos deram resposta, nunca nos disseram sequer quanto é que aquilo valeria nem nada disso. Quero ver se retomo essa situação agora. E o outro imóvel lá em cima, na Rua de Berlim, também nunca nos responderam, portanto, não sei que avaliação é que aquilo tem e qual o ponto seguinte. Para nós seria ótimo, porque penso que aquele espaço seria muito bom para fazer habitação a custos controlados.

Mas é o ponto em que estamos neste momento. Aliás, já pedi uma reunião, já fizemos um contacto com a gestão no sentido de tentarmos ter alguma reunião para ver o ponto da situação e despoletar este processo, mas ainda não tivemos resposta.

Sobre a questão dos imigrantes, na Loja do Cidadão há uma agência que é a AIMA, que aliás é a nível nacional, que faz todo esse trabalho que acabou de referir, e nós próprios, quando detetamos alguma situação através da nossa Ação Social ou quando nos contactam, encaminhamos para a AIMA e temos tido excelentes interações nesse campo. Portanto, existe em Faro essa agência que trata de todo o processo relativamente a essa situação, que depois, em caso de necessidade, fala connosco, se for para realojar ou fala com a Linha 144 (Linha Nacional de Emergência Social).



Sobre o que disse membro Hélder Ramos, da Ilha da Culatra, sobre a frequência dos horários, neste momento o contrato que nós temos com as carreiras é um contrato muito antigo, fizemos um concurso – que, alias, veio aqui – que ficou deserto. Estamos a preparar neste momento, juntamente com a Autoridade de Transportes, que acho que já nos deu parecer, novo concurso e nesse novo concurso há uma maior frequência de horários e uma forma diferente, mas enquanto não tivermos esse novo concurso, não podemos fazer nada.

Sobre o passe gratuito para a Culatra, neste momento há passes com valores acessíveis, geridos pela AMAL, para todo o Algarve. Nem sequer é connosco. Embora nas carreiras como, por exemplo, o Próximo, embora seja uma concessão nossa, também tem esse tipo de passes.

Eu o que me apraz dizer sobre isso é: eu percebo que a Culatra tem particularidades e que as pessoas para virem ao medico – aliás, eles têm lá um posto do Centro de Saúde – mas para desenvolverem certo tipo de atividades, têm que vir obrigatoriamente de barco e portanto tem esse custo. Mas eu diria que quem mora no Patacão, em Bordeira, nos Gorjões ou noutra parte, fora da cidade, tem exatamente o mesmo problema. Embora possa sempre vir num carro de um amigo ou qualquer coisa, ali terá que vir de barco. A diferença é exclusivamente no meio de transporte. Agora, em termos de despesa, os Ilhéus têm essa despesa, mas qualquer pessoa do Concelho tem exatamente a mesma despesa e estamos atentos e temos lá trabalhado com a AMIC, com a Associação Nossa Senhora dos Navegantes, sempre que há necessidades de apoio social têm-lo feito.

Relativamente ao que disse o membro Manuel Mestre, do associativismo, aquilo que nós pedimos é exclusivamente o que a lei exige, é que as associações tenham o seu quadro social em ordem, que aprovelem contas e por aí fora. Portanto, nós não pedimos mais coisas do que aquelas que a lei exige. A única coisa que este ano vamos fazer diferente é que, em vez de mandarem por mail ou entregarem em papel, há uma plataforma onde têm que fazer isso. Já utilizámos essa plataforma há 2 anos na área social e correu bem.

Também foi referido que nós hoje mandámos um e-mail a chamar a atenção para o prazo, isso é uma iniciativa nossa, não precisamos de o fazer! Só o fazemos para chamar a atenção porque já percebemos... mas isso não é inédito deste ano, o ano passado foi em papel e muitas das candidaturas, e eu



não devia dizer isto, fomos quase nós que fizemos e tivemos que andar a telefonar. Portanto, eu acho incrível que as associações, neste caso em que é para receberem dinheiro, sejamos nós que temos que fazer este trabalho todo. Bom, já percebemos que as coisas não vão funcionar e vamos dar mais 15 dias para isso, mas vai dar a mesma coisa, em vez de acabarem no dia 30 de abril, vão acabar a  $x$  de maio e quando chegarmos a esse  $x$  de maio vamos ter o mesmo problema.

Portanto, o que eu pedia é que as associações trabalhassem nisto, porque este ano não vai ser como o ano passado, quando fechar a plataforma não há candidaturas. Portanto, tenham isso em atenção e eu estou à vontade para dizer isto porque o Vítor Filipe e a equipa dele é que anda a telefonar às pessoas para fazerem a candidatura e algumas quase somos nós que fazemos e só assinam e, portanto, tenham isso em atenção e tentem de alguma forma fazê-lo, porque se não fizerem não vão ter apoio e, como digo, nós não pedimos mais do que aquilo que a lei obriga.

Sobre o passadiço, ele foi feito com aqueles lampiões grandes e tivemos que arranjar uma outra solução. Todos os meses, todos os anos, roubavam aqueles candeeiros, agora temos aquelas coisinhas pequeninas que têm funcionado, também aquilo é uma lampadazinha pequenina, se roubarem aquilo, aquilo deve valer uns cêntimos ou qualquer coisa assim. Sobre os buracos, já mandei um e-mail para para verem isso.

Sobre o que o membro Vítor Cantinho disse, da ponte, o perfil da ponte tem onze metros e meio. Sobre o estar pronto antes do verão, no papel a gente faz tudo, mas depois lá não é assim e para mim já estava pronta há 5 anos, mas infelizmente vai estar só no fim do ano.

A ponte velha, eu por acaso já falei nisso. Custa-me, não é por ela poder ter outra outra função, custa-me é estar a gastar um milhão e meio, (provavelmente será esse valor, tenho os serviços a fazerem o caderno de encargos) mas custa-me muito, quando temos tanta coisa que podia ser melhorada no Concelho, estar a gastar este valor para remover aquela ponte. Mas foi uma das condições. Ainda vou tentar perguntar se essa condição pode ser reversível ou não, porque também tenho a ideia que os efeitos de ficar ali, penso que não serão nenhuns e poderia sempre ser ciclável e pedonal sem problema nenhum, mesmo assim, fazendo algumas melhorias em termos das guardas. Mas não sei se é possível fazer isso, foi uma das condições e,



portanto, teremos que de alguma forma cumpri-la se não houver reversibilidade nessa mesma condição.

Eu posso dizer aqui que a construção da ponte tem associado um conjunto de projetos que estamos a desenvolver paralelamente na Ria. Estamos a monitorizar o que é que se passa com as pradarias, houve algumas que tiveram que ser deslocadas e portanto estamos a fazer todo esse trabalho que, na altura, quando a ponte foi aprovada, ficou logo de alguma forma definida e temo-lo feito e temos um conjunto de tecnologia, por assim dizer, a monitorizar todo o leito da Ria. Agora essa questão já foi ultrapassada, mas se repararem na ponte velha, há um conjunto de sensores que foram lá colocados quando nós estávamos a cravar as estacas para perceber se isso tinha ou não influência na ponte velha, felizmente não, não aconteceu, mas poderia haver ali alguma coisa e estivemos a fazer essa monitorização e continuamos a fazer. Desenvolvemos vários procedimentos concursais para contratar entidades que estão a fazer essa monitorização no leito da Ria e até à data tem corrido tudo bem, mas como disse, houve inclusivamente pradarias que foram deslocadas de um sítio para o outro.

Sobre o que o membro Paulo Baptista referiu, de poupar água, saiu em fevereiro/março, a Resolução do Conselho de Ministros e na sequência dessa Resolução do Conselho de Ministros eu fiz um despacho, que posso enviar depois, até para dar indicação aos serviços do que é que devíamos fazer. Não recordo aqui tudo de cabeça, mas as fontes não estão a trabalhar. Algumas situações que estão, só a parte da rega das árvores é que está a ser feita e em determinados períodos, que é o que diz a Resolução. Os lava pés e os chuveiros da praia estão neste momento sem trabalhar e não vão trabalhar enquanto a Resolução e o Despacho estiver aí. Temos uma situação, que é o caso da Alameda, que está a ter a rega quando é necessária, normal, porque toda a água que gastamos na Alameda é de um furo e não é da rede pública.

Há outra situação destas que agora não sei precisar, mas irei pedir aos serviços para enviarem à Assembleia o meu Despacho.

E já agora, estamos a desenvolver uma campanha de poupança de água, que é a FAGAR que desenvolveu através de uma empresa, e que está a sair. Muito obrigado.»



*Passou-se então ao Período da Ordem do Dia.*

### **PONTO N.º 01**

#### **Conhecimento da Proposta n.º 125/2024/CM – Norma de Controlo Interno – Atualização.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Esta é uma atualização da norma de controlo interno. É só para conhecimento, mas que tem a ver fundamentalmente com a estrutura orgânica e a atualização da lei. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, só um ponto de ordem à Mesa, peço desculpa por não tê-lo feito no tempo apropriado. Mas gostaríamos de dizer que a Norma de Controlo Interno não estava disponível no site para nosso conhecimento; o conhecimento que poderíamos ter tido, não tivemos. Não sei se as restantes bancadas dão conta desta situação ou não.»

**Presidente da Assembleia em exercício** – «A informação que tenho é que está neste momento. Mas iremos verificar.»

*Passou-se então ao:*

### **PONTO N.º 02**

#### **Apreciação e deliberação acerca da Prestação de Contas Individual do Município de Faro e Prestação de Contas do Teatro Municipal de Faro, Serviços Municipalizados – Ano de 2023 – Proposta n.º 124/2024/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta 124 versa sobre a Prestação de Contas do Município e do Teatro.

Sobre o município, o total de ativo ronda os duzentos milhões de euros e o passivo anda nos vinte e três, tivemos um saldo de gerência na ordem dos vinte e três e novecentos milhões de euros, já sabíamos e, portanto, esses valores são em consonância com aquilo que são as contas habituais do município em termos de ativo e de património, de capital próprio, passivo, por aí fora.



No Teatro, os valores têm uma ordem diferente, na medida em que são Serviços Municipalizados. O ativo anda perto do meio milhão de euros, o património trezentos mil, o passivo cento e noventa; teve trezentos mil euros de saldo de gerência e tem um resultado líquido na ordem dos oitenta e oito mil euros negativo. Estes oitenta e oito é resultado líquido do ano, em que foi registado mais despesa do que receita, daí que isto aparece assim, mas não há aqui a dívida, ao fim e ao cabo, porque o saldo final de gerência que transitou anda na ordem dos trezentos e quarenta mil euros e isso tem a ver com a forma como se apresenta e se desenvolve a contabilidade pública.

Portanto, o que se pretende é aprovar este documento de Prestação de Contas, tanto do Município como do Teatro.

O resultado líquido do município anda nos sete milhões e oitocentos, o que se pretende é que 5% seja para as reservas legais e o resto para resultados transitados. Isto nas empresas faz sentido, aqui, para o município, é apenas valor contabilístico, é evidente. No caso do Teatro também, embora este resultado depois tenha que ser coberto pelo município, mas em termos de contabilidade de tesouraria, isso não tem qualquer efeito. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Com o devido respeito, mais uma vez, obrigado por me dar a palavra e é um ponto de ordem à Mesa relativamente a esta proposta. Nós temos o relatório de contas que nos foi enviado pelo Revisor Oficial, através dos vereadores. O relatório de contas dos revisores não está disponível, está? O próprio relatório de contas? É porque o descarregou agora. É que é importante que isto fique devidamente registado. Porque eu, antes de perceber se eu tinha ou não tinha, fui perguntar à bancada do PCP que também não o viu, falei também com a bancada do Bloco. Eu estou a falar do documento do Revisor que está aqui. Eu também tenho.

Há com certeza aqui algum problema no que concerne às áreas reservadas. Porque há quem tenha acesso e quem não tenha acesso. Sra. Secretária, se me permite, estivemos a discutir exatamente isto em sede de reunião interna na bancada do PS, porque não tivemos este documento, senão vindo da nossa vereação hoje.

É que se o documento só é carregado hoje no sistema, como é óbvio, nós não podemos ter tempo para o analisar devidamente e eu recordo que, de acordo com a Lei 73/2013, de 3 de setembro, que é o regime financeiro das



autarquias locais, dita o artigo 76º, n.º 1 e 3, que o “documento da Prestação de Contas deve ser remetido ao órgão deliberativo, juntamente com a certificação legal de contas”. E portanto, o documento da Prestação de Contas é um documento de tal forma complexo, que não temos a capacidade de o analisar se não tivermos este documento que faz parte. Estamos a falar de mais de 600 folhas, pelo que deixemos por favor a nota que isto não volte a acontecer, porque é um documento importantíssimo para a Assembleia Municipal, é um documento importantíssimo para a Câmara Municipal e este tipo de situação não se pode repetir porque é, por obrigatoriedade da lei, um documento que tem que ser acompanhado pela Prestação de Contas.»

**Presidente da Assembleia em exercício** – «Pronto, para fazer o esclarecimento: foi carregado no dia 17, e hoje estamos a 26, portanto, há 9 dias.»

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Obrigada, Sr. Presidente em exercício, gostaria de o cumprimentar, assim como todos os presentes.

Gostaria só de fazer aqui um pequeno aparte que eu acho que já percebo qual é a confusão. Quando me perguntaram se tinha descarregado o documento, não tinha porque eu fui ao site e aqui o meu colega Paulo também estivemos a conferir e a informação está em dois sítios diferentes. Eu fui ao antigo site onde descarregava toda a informação e aparecia lá indicação da sessão ordinária de 26/04/2024. Eu descarreguei a documentação agora, quando eu abro o site da Assembleia Municipal, am-faro.pt, aí sim está toda a documentação. Pode ter sido falha nossa, que temos que não olhar para outro site e olhar para este novo, mas então não devemos descarregar a informação toda também no antigo que foi colocada também lá, mas não toda, a informação completa está no novo site. Eu acho que aí foi a nossa confusão. Obrigada.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, admito que seja também a nossa confusão.

Em continuação do ponto de ordem, Sr. Presidente, solicitávamos à Mesa que decidisse qual é a plataforma em que deverão ser carregados os documentos, para que nós também não possamos incorrer neste tipo de lapsos. Por favor, que fique devidamente registado como ponto de ordem.

Muito obrigada.»



**O membro da AM, Claudia Luz (PSD) - 1.ª Secretária** – «Passo a informar que só foram nas duas, porque há membros que não conseguem ir à que deviam e por isso os serviços carregaram nas duas, e fizeram essa diligência e esse grande favor. Mas é para só utilizarem a nova plataforma, todos têm uma password e quem não tem pede aos serviços.»

**O membro da AM, Tiago Botelho (PSD)** – «Sr. Presidente em exercício da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, estimado público presente e a quem nos acompanha à distância, boa noite.

Aproveitava para começar precisamente por saudar a preocupação por parte dos meus colegas membros da Assembleia Municipal em terem acesso ao Memorando de Informação do Município de Faro sobre a situação económica e financeira, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, no caso, a empresa BDO Ferro & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, porque, de facto, é um documento da mais fundamental importância. Esta empresa presta um serviço essencialmente a nós, membros da Assembleia Municipal, e se repararem, esse documento tem um ofício que está precisamente dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal do Município de Faro, porque cabe-nos a nós, enquanto Assembleia Municipal, fiscalizar as contas do município e, em última instância, deliberar sobre a sua aprovação ou não. E portanto este documento é da mais fundamental importância e, na verdade, tal como já tenho tido a oportunidade de me referir a ele em intervenções anteriores, em pontos semelhantes a este em outros anos, na verdade, este é um documento que felizmente vem apresentando, ao longo dos anos, uma evolução que é francamente abonatória em favor da execução e do trabalho, não apenas do executivo municipal, mas sobretudo também dos próprios funcionários da equipa administrativa de toda a Câmara Municipal de Faro e, portanto, isso é algo que nos deve orgulhar e deve ser registado.

Relativamente à Prestação de Contas, do ponto de vista da execução orçamental, na verdade sublinhar um aumento de 101% da receita relativamente ao que foi orçamentado e que diz respeito, essencialmente, a um crescimento da derrama e de transferências correntes e, na verdade, uma execução de despesa relativamente ao orçamentado de apenas 72%. Esta execução em apenas 72% da despesa orçamentada, ainda assim, contempla



um aumento da despesa corrente face ao ano anterior, de 20% e um aumento da despesa de capital de 22% relativamente ao ano anterior.

Em relação à situação patrimonial e financeira do município e como o Sr. Presidente da Câmara também referiu, registamos um aumento do ativo em 16% e uma diminuição do passivo em 19% e é importante sublinhar, e apesar dos diferentes pedidos de empréstimos que esta Assembleia já aqui autorizou ao executivo municipal para que possa utilizar nos próximos anos, na verdade, durante o ano de 2023, há uma redução da dívida e do financiamento em um milhão duzentos e setenta e dois mil novecentos e quarenta e cinco euros, o que me parece ser a todos os títulos saudável e positivo.

Do ponto de vista da área económica e na demonstração de resultados, há uma nota importante a reter, que é o aumento da despesa com pessoal em cerca de três milhões e trinta e três mil euros e um crescimento de quarenta e cinco pessoas no número médio de funcionários anual relativamente ao ano anterior. E eu penso que isto essencialmente estará relacionado com a transferência de competências e a assunção de funcionários, mas se o Sr. Presidente da Câmara quiser precisar e aprofundar este tema, talvez possa ser interessante para elucidar a Assembleia.

Mas também positivamente e relativamente a algo que nós próprios aqui levantamos a questão e a bancada do PSD não teve qualquer problema em sublinhar uma situação grave que estava no passado a registar-se e neste ano verificamos, de forma muito positiva, uma redução da despesa com a eletricidade, com a iluminação pública, em um milhão e setecentos e dez mil euros e parece-me que são também boas notícias para todos.

Este conjunto de documentos que são encomendados por nós à equipa de Revisores Oficiais de Contas, para além deste memorando, inclui também a Certificação Legal de Contas. Nesta Certificação Legal de Contas e tal como eu referia, se olharmos ao histórico dos últimos quinze a vinte anos, o número de reservas e de ênfases que os revisores vinham apontando aos relatos financeiros do município reduziram-se substancialmente e, portanto, esta é hoje uma situação francamente melhor, francamente positiva. As reservas que ainda estão registadas, uma delas nem sequer é da responsabilidade da Câmara Municipal, tem a ver com a transferência de ativos do Ministério da Educação para a esfera do município, portanto, não terá havido a passagem



da informação necessária por parte do Ministério da Educação para que o município pudesse registar condignamente e convenientemente os imóveis como sua propriedade.

A outra tem a ver com uma chamada de atenção e que está sublinhada depois mais à frente, também relativamente à adequação do reporte daquilo que são as concessões de serviços por parte do município e que aparece depois mais tarde, também como uma recomendação, que é importante que a Câmara leve em linha de conta para que se elimine no futuro também esta reserva.

Por outro lado, a única ênfase é também algo que também não tem a ver diretamente com a esfera da responsabilidade do município, tem a ver com a transferência de ativos da sociedade e a extinção da Sociedade Polis. Portanto, de um universo de, se calhar, mais de quinze ou de vinte reservas e ênfases que tínhamos no passado, temos neste momento apenas uma única situação atribuível à esfera de decisão e de resolução por parte do executivo municipal.

Eu por dever de profissão, não enquanto político, tomo por bom este tipo de informação que vem dos Revisores Oficiais de Contas, tenho respeito pelo seu trabalho e tenho sobretudo confiança no trabalho dos Revisores Oficiais de Contas em geral e, portanto, eu acho que é para isso que lhes pagamos, para externamente nos darem uma opinião independente e isenta e eu acho que a opinião independente e isenta que este ano nos é transmitida é francamente favorável.

Sublinhar também que a opinião relativamente às contas do Teatro é imaculada e, portanto, isenta de qualquer reparo por parte do Revisor Oficial de Contas e acho que é de saudar o executivo municipal pelo exercício orçamental.

Não posso deixar de notar, em coerência também com aquilo que já aqui disse nesta Assembleia no passado, que o saldo de gerência volta a aumentar este ano para 2024 e, portanto, passaremos a ter um saldo de gerência de vinte e três milhões novecentos e cinquenta e um mil euros, o que corresponde a um aumento de um milhão cento e quarenta e nove mil euros. O que creio vem também em abono de algo que já aqui referi nesta Assembleia e que me escuso de repetir.

Portanto, no global, saudar o município e o executivo municipal, saudar os funcionários da Câmara Municipal, que são responsáveis pelo bom rigor das



contas que são prestadas e, portanto, de forma global, a minha e a nossa satisfação por parte da bancada do PSD. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Obrigado Sr. Presidente.

Eu sempre tenho dito que o orçamento não é um espelho real daquilo que se prevê para o ano, é um orçamento, é uma previsão, e é neste documento que se pode fazer uma análise mais profunda do trabalho executado durante o ano.

Não vou aqui discutir a questão técnica, isto é um documento muito técnico, houve uma evolução positiva nesta documentação, de acordo com as novas regras da contabilidade pública, não há aqui grandes fugas em relação à documentação e, de facto, há aqui um trabalho extraordinário por parte dos funcionários da Câmara. Já tive oportunidade também de ver outros relatórios de outras Câmaras que têm uma qualidade gráfica muito melhor, mas isso não invalida que se faça uma análise técnica levemente e para nós o mais importante é a questão política.

Normalmente há aqui um documento escrito em relação a esta questão e o Sr. Presidente não gosta que eu faça aqui aquelas grandes explicações daquilo que Faro necessita e se projeta, portanto, não vou por esse caminho este ano. Apenas para dizer que o orçamento para 2023 estava numa previsão de sessenta e seis milhões e mais qualquer coisa, e depois foi anexado o tal saldo de gerência de vinte e dois mil oitocentos e um, mas o dinheiro não é fêmea, há alguma coisa que está aqui a falhar! Todas as Câmaras têm um saldo de gerência que é incorporado nos orçamentos, mas de facto, aqui para um orçamento de sessenta e seis milhões, ter um saldo de gerência de vinte e dois milhões é muito dinheiro, o orçamento é reduzido para ter um saldo de gerência deste valor, alguma coisa está mal! Portanto, que nós acabamos por ter um orçamento de oitenta e dois milhões oitocentos e sessenta e seis mil e que se reflete na taxa de execução. Nós tivemos, de facto, uma taxa de execução na ordem dos 72%; na minha opinião, é muito baixa! Mas um orçamento deste valor que transita com um saldo de gerência de vinte e dois milhões e depois verificamos que temos uma taxa de execução de 72%, de facto é falta de ambição política por parte do executivo, mas isto não é de agora, isto já vem de trás. Portanto, o que se pede é ambição, uma Câmara hoje e no futuro, o que se pede é que, de facto, execute obra. E a nossa cidade necessita de uma aventura na execução que traga mais capital para a nossa



cidade. Não vou aqui falar de obras estruturantes que Faro necessita urgentemente, porque já estou farto de repetir. Um Parque de Feiras e Exposições, um Parque Industrial, etc, mas eu não vou falar aqui disso, esta noite.

O que eu digo aqui é que nós tivemos aqui este ano uma subida na receita corrente e chegaram a atingir os 108% em relação àquilo que estava orçamentado. Porque nós tínhamos cinquenta e três milhões que estavam no orçamento e atingimos à volta dos cinquenta e oito milhões, com mais de um aumento de 2% na receita de capital, à volta de sessenta milhões. Mas verificamos que na despesa, principalmente na despesa corrente, há aqui uma taxa de execução de 79%, mas eu não vou por esse caminho. Porque de facto isto é um documento difícil de analisar como já foi aqui dito pela minha camarada, que é um documento de seiscentas páginas e principalmente nas Grandes Opções do Plano, onde aí podemos verificar as taxas de execução, é preocupante e é difícil. Agora deixando aqui outra parte para a minha camarada que também irá levantar aqui algumas questões.

Há pouco falamos aqui em relação aos subsídios. Sabem quantas transferências de subsídios foram concedidos? Entraram na Câmara à volta de seiscentos pedidos de subsídios e de transferências. Estava orçamentado à volta de dois milhões e seiscentos mil euros, é muito dinheiro! É claro que aqui há outras questões no âmbito social que também está aqui englobado, mas em termos dos subsídios, pedidos anda à volta de seiscentos pedidos. A Câmara autorizou a despesa e foi paga à volta de dois milhões de euros, portanto, despesa autorizada e não paga anda à volta de quatrocentos mil euros.

Agora vamos aqui à taxa de execução, isto é tão reduzido que é difícil ver-se aqui alguma taxa de execução, que eu fico preocupado. Ensino básico e ensino secundário, isto é tão confuso, tem aqui uma taxa de execução à volta de 15%. Diz aqui, ensino básico e secundário tem uma taxa de execução de 15%. Estou enganado? Bom e então, em relação a uma estrutura que nós necessitamos que é a pré-escolar, tem um valor que nos devia envergonhar. É necessário a Câmara apostar no pré-escolar porque o que há é pago e as pessoas pagam muito dinheiro para que os miúdos possam entrar nos infantários e no pré-escolar e é necessário a Câmara apostar neste setor.



Entretanto o Estado, em relação à transferência de competências, em 2023 transferiu para a Câmara cerca de dezoito milhões de euros. Mas há aqui um parente pobre que eu conheço, que são as escolas. As escolas neste momento são o parente pobre da execução deste orçamento.

Em relação à habitação nem vale a pena falar. Eu tenho aqui: reparação e beneficiação da habitação social cento e dezoito euros... ou então, só se está noutras rubricas que eu não consigo chegar lá e é isso que me preocupa.

Depois, tenho aqui Proteção e Saúde Pública, aqui está correto! Esta rubrica foi criada na altura do Covid, está a zero já está correto. Já passaram dois ou três anos e então está correto.

Depois temos aqui: Cultura, Desporto e Tempos Livres; tem uma taxa de execução de 71%, também acho que é muito baixo em relação àquilo que estava orçamentado. A Câmara podia ter mais ambição e tem condições para ser mais ambiciosa naquilo que executa. Nós falamos aqui tantas vezes na questão da segurança e da vigilância! O que se executou também é verdade é residual, foi os projetos, as propostas, mas o dinheiro que está previsto no orçamento de 2023 não se gastou, não se gastou nada, tem um valor residual.

O Sr. Presidente tem resposta para isso, eu sei qual é a resposta. Já estão a colocar as fardas, os polícias, os carros, isso está tudo incorporado no orçamento de 2023 e é isso que estamos a analisar. Agora em 2024, acredito e aceito que seja de facto onde se vai gastar aquilo que se prevê para a segurança e para a Polícia Municipal.

Pronto e é só isto que eu tenho a dizer, Sr. Presidente: é falta de ambição, Faro necessita de mais ambição, nós temos condições e eu penso que nós estamos aqui a atingir em termos de receitas... e as receitas, todas elas se devem aos impostos diretos, que é da algibeira do cidadão que paga. O IMI desceu, mas o IRS, a Derrama e outros impostos que estão a alimentar a Câmara saiem das algibeiras do cidadão comum, que está aqui a investir na Câmara e não está a ver o retorno daquilo que está a pagar. Tenho dito.»

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício. Agora, com mais calma, gostaria de cumprimentar, assim como o Sr. Presidente da Câmara, o respetivo Executivo, Membros desta Assembleia, funcionários e público presente.



Hoje, reunimo-nos com um propósito relevante: analisar e deliberar sobre as contas do Município e do Teatro Municipal. Enquanto representante do Bloco de Esquerda, venho expressar a nossa posição de abstenção em relação a estas contas.

Esta posição reflete, por um lado, a falta do memorando de informação sobre a situação económica financeira, que, como se constatou, resultou de um erro devido à duplicação das plataformas de acesso à documentação, mas que levou a que não analisássemos toda a documentação necessária. Para evitar tais situações e para não sobrecarregar os serviços desta Assembleia, que já têm muito trabalho, seria prudente adotar exclusivamente a nova plataforma. Cada membro desta Assembleia deve assegurar, e é seu dever, o acesso a esta plataforma. Por outro lado, esta abstenção reflete igualmente a nossa preocupação com o bem-estar dos habitantes do município pela insuficiente execução orçamental em áreas cruciais, como a cultura, habitação, entre outras. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Muito boa noite, cumprimentar o Presidente em exercício e, na sua pessoa, todos os presentes.

Na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no ponto 3 do artigo 56º, é referido que no caso de um município registar durante 2 anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%, são informados (porque não é uma situação normal) os membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais – e este alerta é emitido pela DGAL – no prazo de quinze dias, a contar da data limite do reporte da informação. Dizer que no orçamento anterior a este, a taxa de execução estava abaixo dos 85%. É que esta taxa de execução, que desta vez é de 72,18% em 2023, pode indiciar que a autarquia não tem necessidade de usar o dinheiro para suprir as necessidades da comunidade farenses, porque está tudo a funcionar às mil maravilhas. Contudo, sabemos todos nós que vivemos aqui, que não é isso que está a acontecer, havendo até falta de investimento em áreas importantes.

Portanto, para além disto que referi, esta baixa taxa de execução – e atenção, isto é muito mais complicado do que aquilo que parece – pode indiciar também má gestão financeira, onde há dificuldade em planear e executar projetos de maneira eficaz. É só pensarmos no Museu da Bordeira e na Ponte



da Praia de Faro, cuja construção já ultrapassou todos os limites, tanto financeiros como temporais.

Também pode indicar que as prioridades definidas no orçamento não estão a ser seguidas de forma adequada, com os recursos a serem direcionados para áreas menos prioritárias, em detrimento das mais importantes. Torna-se, por isso, importante investigar mais a fundo estas taxas de execução para que se possam tomar medidas corretivas da situação.

Para além disto, temos a perda também de credibilidade, uma vez que a repetida incapacidade de executar adequadamente um orçamento, pode minar essa credibilidade da autarquia perante os cidadãos, perante os órgãos de fiscalização e a comunidade financeira.

Portanto, aquilo que o Sr. Presidente tanto exibiu, que foi conseguir um empréstimo muito bom em termos de condições, a continuarmos assim, isso já não vai ser possível no futuro. Portanto, afeta assim a confiança das instalações locais e dificulta, como referi agora, a obtenção do financiamento futuro.

Acrescento, e finalizo, que a falta de investimento em projetos e serviços essenciais no presente, pode levar a problemas ainda maiores no futuro, dando aqui como exemplo as Piscinas Municipais de Faro, que, à medida que o tempo passa, a reabilitação das mesmas está cada vez mais difícil e mais dispendiosa, para não falar de outras estruturas da cidade.

Em suma, por este andar, vamos entrar num ciclo de deficiências persistentes na prestação dos serviços públicos, que é para isto que esta autarquia trabalha, ou que esperemos que assim seja, e isso é seguramente mau e injusto para os farenses e para Faro, quando há verbas para que isto não aconteça, mas na verdade, estamos a deixar as nossas estruturas entrarem em decadência, devagar, mas cada vez com maior desgaste. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente, desde já, cumprimento o Sr. Presidente em exercício, a restante Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Vereadores, todos os membros presentes aqui nesta Assembleia, o público em casa e, naturalmente, também o público presente aqui nesta sala.

Eu gostaria de falar um pouco sobre as taxas de execução que foram aqui referidas amplamente. E referir que, obviamente, é sempre possível fazer



melhor. Aliás, um dos pontos que eu gostaria de referir é que, de facto, em termos de receita, temos uma receita corrente que atinge aproximadamente 109%, aproximadamente quatro milhões de euros que foram cobrados a mais do aquilo que se perspetivava. Na nossa opinião, obviamente, existe aqui alguma gordura que poderá ser retribuída de volta aos farenses, em termos de taxas e impostos municipais.

No entanto, em termos da despesa, referir igualmente – e aqui foi referido – a falta de ambição em vários casos específicos... As taxas de execução são orçamentais, não são financeiras, ou seja, têm compromissos plurianuais que têm de ser cumpridos. E se nós analisarmos em detalhe os quadros que estão na proposta propriamente dita, poderemos, por exemplo, verificar que as despesas correntes de facto atingem 79,97% em termos de execução, para sermos mais precisos e irmos à centésima, para não falarmos em 80%.

No entanto existem aqui 4,3 milhões de euros de compromissos assumidos e se incluirmos esses em termos de execução, que vão ser executados porque são compromissos já assumidos, ou seja, eles têm que ser efetivamente pagos, estamos numa taxa já de 87,6%. Referir que isso é perfeito? Não é, pode ser sempre melhorado. No entanto, temos justificação clara em 2023, nomeadamente a linha de aquisição de bens e serviços, que só atinge uma taxa de execução de 56% em 2023, sendo que 3,8 milhões ainda vão ser executados neste ano. De qualquer das formas, houve uma sobredotação daquela alínea, de forma clara, nomeadamente ao nível dos encargos com edifícios e os custos associados, e grande parte estamos a falar da eletricidade. Eu gostaria de recordar que, em 2022, houve uma revisão do orçamento para aumentar a dotação desta alínea devido à crise energética que se abateu durante alguns meses e que fez diaparar, de facto, as necessidades de recursos com eletricidade. E provavelmente a correção dessa alínea em 2023 não foi feita na mesma proporção que deveria ser feito, foi por cautela. Chamo à atenção que em 2024 esta mesma alínea já foi corrigida e tem uma dotação de menos dois milhões de euros do que em 2023. Ou seja, em termos de taxas de execução, esta alínea vai melhorar e vamos melhorar a globalidade da execução. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu também acho que o saldo de gerência é alto. Ficaria muito satisfeito se o saldo de gerência fosse a zero. Se alguém conseguir descobrir um município



que tenha saldo de gerência zero, diga-me, porque não é possível. Mesmo os municípios pequenos, com orçamentos de quatro/cinco milhões, têm saldo de gerência de meio milhão, de trezentos, ou quatrocentos, é evidente à sua dimensão. E também, se alguém pensar que o Presidente da Câmara de Faro ou qualquer outro Presidente não gostaria de ter mais execução, também não acredito que essa pessoa acredite nisso que está a pensar. Portanto, é o que temos e é o que conseguimos.

Sobre a taxa de execução da receita, ela foi boa, aliás, há vários anos que isso acontece, não é a primeira vez, mas ainda bem que é assim. Isso significa que a economia está a trabalhar, porque se tivéssemos menos receita, seja fruto dos impostos, seja por fruto das taxas e dos serviços que prestamos, seria mau, é evidente. Portanto, isto significa duas coisas: que a economia de alguma forma está a trabalhar e significa também que hoje as previsões que fazemos do orçamento são muito ligadas à realidade. Já houve tempos em que chegávamos ao fim, tínhamos taxas de execução da receita na ordem dos 30%. Porquê? Porque uma coisa não batia com a outra. Mas isso os serviços felizmente sabem fazer, fazem-no bem, não sou eu que defino a receita do orçamento, até porque ela hoje, felizmente, está estipulada e com um conjunto de regras. Mas significa também que essas regras batem certo e têm de alguma forma sido efetivas.

O membro Carlos Alberto referiu um conjunto de linhas do orçamento. Eu fico muito satisfeito porque há muitas que estão a zero e não referiu nenhuma, referiu só aquelas que quis escolher, e, portanto, acho que fez bem.

Sobre falta de ambição. Eu só gostava de dizer aqui duas coisas que não disse da outra vez, mas vou dizer hoje: o orçamento deste ano, que os senhores aprovaram aqui, tem para os próximos três anos, setenta e cinco milhões de euros de investimentos. Se conseguirmos realizar tudo aquilo que está no orçamento que foi aprovado este ano e que tem compromissos para 24, 25 e 26, também 27 e 28, mas aí já não entramos nisso, não temos compromissos efetivos para isso, para os próximos três anos, se o município conseguir executar, são setenta e cinco milhões de euros de investimento, é mais do que em qualquer outro mandato autárquico, durante o mandato todo. Se conseguirmos!

Por exemplo, nós fizemos esta semana a candidatura para a requalificação da [escola] Afonso III e da Neves Júnior, que tem um orçamento de sete milhões



mais IVA e outro nove milhões mais IVA, se conseguirmos que seja aprovado e que seja executado, teremos isto. E portanto, há aqui fatores que não dependem diretamente do Presidente.

Quando dizem que não tenho ambição, bom, não tenho a que os senhores gostariam, porque isso é muito aquilo que estamos a fazer. É muito daquilo que a minha equipe e eu fazemos. É evidente que se estivesse aqui outra pessoa, teria outras prioridades, mas isso é mesmo assim.

A falta de pré-escolar, quando chegámos cá, havia onze salas de pré-escolar. Neste momento, nós temos vinte e três ou vinte e quatro e, se Deus quiser, quando eu sair, havemos de ter lá trinta ou perto de trinta, vamos ter pelo menos dez ou quinze, para realizar no mandato seguinte que vamos deixar.

Portanto, só para dar esta nota, que vale o que vale, isto é política pura. E portanto, eu certamente que não convenci ninguém com isso que disse, mas a questão é essa.

Sobre a questão da taxa de execução inferior a 85%, é só para dizer que este valor refere-se à receita. Porque é muito grave que um município faça o seu orçamento e depois tenha uma receita inferior a 85%, porque isso põe em causa tudo o resto: dívidas, pagamentos e tudo isso. Portanto, está-se a referir à receita que foi superior a cem. Há também uma regra que diz que a taxa de execução não deve ser inferior a 70%. Nós nunca fomos notificados até hoje enquanto aqui estivemos, exceto nos primeiros anos, também é verdade! Muito obrigado.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Peço desculpa, rapidamente analisar aqui o ofício da Prestação de Contas do Teatro, a questão é a seguinte: estes sete milhões oitocentos e noventa e um mil foram transferidos para o Teatro? Não percebi, Sr. Presidente. Já li uma série de vezes a alínea e não consigo perceber se este valor foi integrado no orçamento do Teatro ou não. Muito obrigada.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Não, não vejo quaisquer sete milhões no teatro.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Estou a perguntar, porque a proposta faz referência à Prestação de Contas do Município e do Teatro, alínea e) e diz aqui que o resultado líquido do exercício do município de sete milhões



oitocentos e noventa e um mil, que do mesmo seja levado 5% correspondente ao valor de trezentos e noventa, e depois diz: e o restante montante de sete milhões quatrocentos e noventa e seis, para resultados transitados. No que diz respeito ao teatro? Não percebi.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Não. Se ler a alínea e) desde o início diz assim: o resultado líquido do exercício do município.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Sim, mas a ideia com a qual fiquei, é que foram transitados para...»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Não. Na alínea f) é que diz: o resultado líquido do exercício do Teatro, portanto, este refere-se ao Teatro, o outro refere-se ao Município.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Então temos um valor negativo aqui, temos prejuízo no Teatro, é isso? Na alínea f). Portanto, houve aqui uma compensação do Município para o Teatro, Sr. Presidente. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente em exercício, reitero os meus cumprimentos e agradeço que me dê a palavra.

Sr. Presidente, disse muitas coisas que eu tenho mesmo que responder àquilo que disse. Mas antes de responder ao Sr. Presidente da Câmara e aqui em referência histórica a esta Assembleia Municipal, recordo o dia em que o Sr. Presidente da Câmara nos disse a todos que o único membro desta Assembleia que lia os documentos era o membro da Iniciativa Liberal. Ora, eu percebo isto, eu gostava de vos dizer que percebo, porque é um membro muito jovem, por quem, aliás, desde já digo que tenho a maior consideração, mas eu até gostava de mostrar e pedia ali a quem nos apoia em termos de audiovisuais, que fizesse um *close-up* a estes mapas que nos são enviados a todos para podermos ler. Gostava que fosse feito aqui este *close-up*, só para que se compreenda que é quase preciso uma lupa e eu compreendo que o nosso membro Daniel Viegas os consiga ler bem, porque é novo e, portanto, não precisa de lupas, não precisa de óculos. Pelo que, para já, fica só esta pequena consideração, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu pessoal que da próxima vez consiga apresentar aos deputados da Assembleia Municipal, que já têm alguma idade, uns documentos em condições para os podermos ler, porque isto até parece má vontade, Sr. Presidente. Quando o



Sr. Presidente diz... imagine o esforço que o meu camarada Carlos Alberto teve que fazer para ir à procura das alíneas que tinham zero, porquê? Porque a olhar aqui para isto é mesmo muito difícil, Sr Presidente, mas acreditando na sua boa vontade, que não há da sua parte nenhuma vontade em tornar isto mais problemático, tenho que dizer que este é um resultado francamente abonatório da Câmara Municipal, de pessoal, são as palavras ali do nosso membro Tiago Botelho. Uma redução das despesas com eletricidade, que é uma maravilha, mas resta saber à custa de quê e de quem, não é? É das tais alíneas, como por exemplo nas escolas, onde nos aparece 15%, ou do pré-escolar em que aparece uma taxa de execução de quase 0% e, portanto, isto é à custa de quem, Sr. Deputado Tiago Botelho? É à custa dos munícipes farenses que aqui estão. Portanto, este excelente resultado apresentado tão bem por quem percebe de economia mais do que eu, evidentemente, porque eu tento perceber alguma coisa de política e nesta a análise política claramente não é a análise económica feita sobre o orçamento. E eu gostava de explicar uma coisa. É que isto é um documento francamente complicado para quem não percebe de economia. E, portanto, quando nós falamos aqui com um ar pomposo de receitas correntes, receitas de capital, eu pergunto-me, quem é que ali sabe o que é que está integrado nas receitas correntes? O que é que está integrado nas receitas de capital? Porque eu própria não sabia até integrar este órgão. Então vamos lá perceber, se as receitas correntes têm os impostos diretos, indiretos, as vendas, as prestações de serviços, transferências correntes do Estado, que em 2023, da análise que nós fizemos das contas à lupa, tinha uma previsão de cinquenta e três milhões previstos. Cinquenta e três milhões previstos nesta parte destas receitas correntes dos impostos diretos e indiretos. Por seu turno, no que concerne às receitas de capital, tinham uma previsão de seis milhões. O que é que esta receita de capital? É o dinheiro que o município vai buscar à banca, que o município vai buscar ao Estado e que o município pode ir buscar, por exemplo, à CCDR e que no que concerne, por exemplo, a fundos europeus estava previsto nesta rubrica seis milhões de previsão, mas realizaram-se apenas dois.

Portanto, a análise que aqui é feita por nós é completamente diferente. É porque dos cinquenta e três milhões de previsão das receitas correntes, onde estão metidos os impostos, realizaram-se cinquenta e oito, aproximadamente, não estou a ir ao cêntimo. Mas este capital que são aqueles onde o Sr.



Presidente, por acaso, até pode ir buscar algum dinheiro, como, por exemplo à Europa, os seis milhões de previsão cifram-se em dois milhões.

Portanto a análise é fácil, é aquilo que andamos a bater já há muito tempo. Ó Sr. Presidente, vá buscar dinheiro!

Quando o Sr. Presidente tem a coragem de vir para a comunicação social dizer que não precisa de dinheiro, que só precisa de uma exceção à lei que lhe permita (pode ser que agora o seu novo governo lhe permita isso), para a bem dos farenses, ir buscar dinheiro à Banca, ó Sr. Presidente, vá antes buscar dinheiro à Europa, porque o Sr. Presidente nem foi buscar à Banca nem foi buscar à Europa em 2023!

E depois vem-nos dizer que não tem falta de ambição, Sr. Presidente? Tem, sim senhor, tem muita falta de ambição! Porque não é natural que o Sr. Presidente da Câmara, que está no seu terceiro mandato, a dois anos do seu fim, diga agora que a dois anos do fim do seu derradeiro mandato, tem setenta e cinco milhões para os próximos três anos. Quer dizer, isto é de um absurdo, Sr. Presidente, que há poucas palavras. O que o Sr. Presidente está a querer dizer aos farenses que estão aqui sentados, aos munícipes farenses que nos veem em casa e que vivem em Faro, é que nos próximos três anos – por acaso só tem dois – vai executar o que não executou ao longo de três mandatos, mais um como Vice-Presidente,

Sr. Presidente, isto é verdadeiramente inacreditável. Só não é anedótico porque não dá vontade de rir, porque quem sofre com isto são os farenses que veem a sua cidade degradada, senão até nos dava para rir, Sr. Presidente. Mas a verdade é esta, é que quem sofre são os munícipes farenses, é quem vive nesta cidade todos os dias e passa por buracos atrás de buracos, por ruas mal iluminadas, que é onde vai buscar provavelmente o facto da eletricidade estar mais baixa, por exemplo!

Portanto, taxa de execução de 72%, tem orgulho nisso? Não consigo compreender, Sr. Presidente!

Mas ainda vou um bocadinho mais longe, Sr. Presidente, a demonstração de resultados, quando o nosso membro desta Assembleia Tiago Botelho, usou aqui uma expressão também sobre esta demonstração de resultados que são sete milhões e qualquer coisa, vamos arredondá-los para os oito milhões vá, vamos arredondá-los à loucura, isto é um excedente de tesouraria que o Sr.



Presidente aqui tem, que é conseguido através de impostos! Isto é bom para os farenses? É este resultado, esta leitura tão boa que o PSD faz? É esta a leitura de resultados que a Iniciativa Liberal faz? À custa de quê e de quem? À custa de Faro! À custa do desmazelo que é esta cidade, não tenham dúvidas disto! É que eu recordo que foram eleitos pelos farenses, não foram eleitos pelo Sr. Presidente da Câmara. Portanto, ponham a mão na consciência e olhem para a cidade de Faro, antes de dizerem o que estou aqui a dizer.

Falta de ambição, execução muito baixa e uma demonstração de resultados que só demonstra que o Sr. Presidente tinha possibilidade e não o fez, baixar ainda mais os impostos e não o quis fazer! Sabe porquê, Sr. Presidente? Porque as suas opções políticas são essas. E digo mais, essas não são as nossas opções políticas e nós não aceitamos estas opções políticas. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – «Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente em exercício, o Sr. Presidente da Câmara, demais vereadores, meus caros colegas deputados, caro público.

Eu gostava aqui de recordar que é bom ter contas saudáveis, no sentido de que o facto de haver saldo positivo não pode ser agora revisto como apenas um lado negativo, porque de facto não foi a zeros. Há sempre uma percentagem que pode ficar por executar, porque é normal nos programas de fundo, ou nos programas de qualquer projeto que precise de entidades externas para ser aprovado, já sabemos o que isso significa. Significa atrasos na própria execução e atrasos na captação das aprovações, na cabimentação, etc. Todos os processos de carácter público são exigentes e são necessariamente muito lentos, infelizmente. O que eu gostava aqui de salientar é que efetivamente existe um saldo que poderia permitir, na minha ótica, uma visão de captação de empresas e é nessa mensagem que eu gostaria de deixar aqui um desafio no futuro, se fosse possível. Que é a questão de baixar a derrama. Este aumento de capital nas receitas de capital, há aqui uma indicação que o incremento das receitas decorre essencialmente do aumento da receita com a derrama e das transferências correntes. Eu não sei até que ponto não seria preferível apostar numa estratégia de captação de empresas e ter uma política também de aposta num parque empresarial e em cativação de empresas que possam dar ganhos estratégicos para a cidade de Faro, também através da diminuição deste imposto, que é a derrama, que eu



não chego a perceber muito bem qual é a percentagem em que isso possa corresponder, mas parece-me que seria um atrativo.

Eu gostaria também de referir que aquilo que eu tenho ouvido aqui, é que houve um investimento também na aposta na habitação, nos PRR's tem-se feito alguma habitação, pelo menos é o que eu tenho estado a testemunhar. Tem havido investimento pelo menos em projetos e na zona ribeirinha, parece que supostamente está no plano e vai haver, penso eu, progressos muito em breve. Portanto, neste ano de 2024 e esperemos que, de facto, essa visão de concretização dos projetos, sobretudo na zona ribeirinha de Faro, que me parece que já estão suficientemente maduros para poder avançar, se vai concretizar em 2024.

Portanto, eu acho que é um sinal positivo ter contas saudáveis. Não se pode dizer que não há uma gestão responsável. A gestão é responsável e credível, não tem reparos da parte dos Revisores Oficiais de Contas e, portanto, não podemos aqui considerar que o Executivo não soube fazer uma boa gestão dentro da parte financeira. E é neste sentido que eu queria fazer passar a mensagem. Obrigada.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, gostaria de agradecer à membro Tatiana pelo elogio feito à minha capacidade de visão, provavelmente passei ao lado de uma grande carreira de piloto e não sei.

De qualquer das formas, gostaria de referir e esclarecer que eu não elogiei de forma alguma o saldo, eu acho-o excessivo. É assim, dos 7,8 milhões de euros do saldo, 4,9 milhões originaram de cobranças de impostos a mais, basicamente, isto grosso modo. Obviamente eu referi que existem aqui gorduras e que devem ser aproveitadas, isso é a nossa posição, mas obviamente é uma opção política fazê-lo ou não. Mas assim esperemos que seja efetuado e que seja efetuado um esforço contínuo.

Em relação às taxas de execução e voltando um bocadinho atrás, as despesas correntes de facto têm que melhorar em termos de execução. Aqui, a questão é que houve, na minha opinião, uma dotação acima daquilo que deveria ter sido, especificamente nesta alínea de aquisição de bens e serviços, em que provavelmente houve aqui uma cautela excessiva, como eu já referi. De qualquer das formas, essa situação já foi corrigida no novo orçamento.



Existem também ainda uma grande quantidade de resultados a tramitar e considerando esses resultados, ou compromissos assumidos para este ano, ou seja, para 2024, já teríamos mesmo assim uma taxa de execução de 87% da despesa corrente.

Em relação à despesa de capital, nós sabemos que, fruto das formas de construção do orçamento em Portugal, existe sempre aqui um declive entre a dotação e a execução. Isso faz parte das regras do investimento público. Significa que cada vez que investimos mais, a taxa de execução tende a diminuir. Ou seja, aí de facto existe uma taxa de execução bastante baixa; existem, no entanto, só nessa categoria, sete milhões de euros que vão tramitar diretamente para este ano e que têm que ser pagos. Eles já foram assumidos no compromisso, ou seja, o dinheiro tem que existir para pagar aqueles sete milhões de euros.

No total das despesas, existem onze milhões de euros que vão transitar diretamente para este ano. O que, face à taxa de execução de 72% que nós registamos neste documento, se incluímos esse dinheiro, já temos os 85%. Conforme eu referi, existe necessidade de melhoramento? Claramente, particularmente na questão da despesa corrente, existiu aqui uma necessidade de correção e eu creio que foi feita essa correção. Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções passou-se **à votação** do referido ponto.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 15 (01CH; 09PS; 03CDU; 01BE; 01Independente)

Votos a favor – 15 (10+1PSD; 01CDS; 01IL; 01MPT; 01PPM)

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 124/2024/CM** respeitante à “Prestação de Contas Individual do Município de Faro e Prestação de Contas do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – ano de 2023, conforme apresentado no ofício n.º 2837, de 16/04/2024, da Câmara Municipal de Faro, designadamente, aprovar:



- a) Nos termos e para os fins previstos no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC AP), os documentos de Prestação de Contas individuais do ano de 2023 do Município;
- b) O Relatório de Atividades e Contas de 2023, parte integrante da Prestação de Contas do Município;
- c) Nos termos e para os fins previstos no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC AP), conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, os documentos de Prestação de Contas do ano de 2023 do Teatro Municipal de Faro Serviços Municipalizados;
- d) O Relatório de Atividades e Contas de 2023, parte integrante da Prestação de Contas do Teatro Municipal de Faro Serviços Municipalizados;
- e) O resultado líquido do exercício do Município de 7.891.203,05€ (sete milhões oitocentos e noventa e um mil, duzentos e três euros e cinco cêntimos) e que do mesmo seja levado 5% correspondente ao valor de 394.560,15€ (trezentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta euros e quinze cêntimos) para reforço das «Reservas legais» e o restante montante de 7.496.642,90€ (sete milhões quatrocentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e dois euros e noventa cêntimos) a «Resultados Transitados»;
- f) O resultado líquido do exercício do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados de que se apresenta negativo em 88.345,02€ (oitenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco euros e dois cêntimos) e que do mesmo seja levado a «Resultados Transitados».

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>			01				09	03	01	01	15
<b>Favor</b>	10+01*	01		01	01	01					15

\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Não estava presente no momento da votação Tatiana Gouveia (PS)

A Proposta nº 124/2024/CM foi aprovada por MAIORIA.”



Seguidamente passou-se ao:

### **PONTO N.º 03**

**Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno no âmbito do Processo de obras n.º 144/2022, em nome de Bernardo Mascarenhas - Proposta n.º 42/2024/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «A Proposta 124 vem na sequência de uma licença de obra, onde houve uma doação ao município de 328,9m<sup>2</sup>, que já foi aceite pela Câmara. E o que se pretende é a autorização da Assembleia para afetar esta parcela ao domínio público municipal. Muito obrigado.»

*Não havendo intervenções para a discussão do referido ponto passou-se à votação.*

### **VOTAÇÃO**

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 42/2024/CM** respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 328,90m<sup>2</sup>, no âmbito do processo de obras n.º 144/2022, em nome de Bernardo Mascarenhas, conforme apresentado no ofício n.º 2693, de 11/04/2024, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00
<b>Favor</b>	10+01*	01	01	01	01	01	10	03	01	01	31

\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.



A Proposta nº 42/2024/CM foi aprovada por UNANIMIDADE.”

*Passou-se então ao:*

#### **PONTO N.º 04**

**Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público municipal de três parcelas de terreno no âmbito do Processo de obras n.º 335/2020, em nome JJJ Blue, Lda – Proposta n.º 119/2024/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «É uma situação idêntica à anterior. Na sequência da construção do edifício, cujo projeto foi aprovado, há 3 parcelas de terreno, uma de 23 m<sup>2</sup>, outra de 27,9 m<sup>2</sup>, e outra de 207,8 m<sup>2</sup>, que foram doadas ao município. Portanto, o que se pretende é a autorização para afetar ao domínio público municipal.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – «Boa noite, mais uma vez.

Neste caso em concreto, nós não vimos ali a planta com a localização das parcelas, ou seja, vê-se a localização que é a mesma daquela situação que, por acaso, foi à Comissão Municipal, mas não se percebe em que situação é que são feitas as doações. Portanto, só queria perceber se ficou assegurado o afastamento à estrada e aos eixos dos quatro metros ou dos cinco metros que é o normal, mas que para aquele tipo de parcelas com 23 m<sup>2</sup> e 25m<sup>2</sup>, não consigo perceber. Não sei se é possível fazer posteriormente o envio dessa informação. É apenas um pedido de esclarecimento. Obrigada.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Vou pedir para enviarem depois a planta com a referência das três áreas. Obrigado.»

*Seguidamente passou-se à votação do referido ponto.*

#### **VOTAÇÃO**

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (Independente)

Votos a favor – 30

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre



dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 119/2024/CM** respeitante à afetação ao domínio público municipal de três parcelas de terreno, com as áreas de 23,00m<sup>2</sup>; 27,90m<sup>2</sup>; e 207,80m<sup>2</sup>, no âmbito do processo de obras n.º 335/2020, em nome de JJI Blue, Ld<sup>a</sup>, conforme apresentado no ofício n.º 2696, de 11/04/2024, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>										01	01
<b>Favor</b>	10+01*	01	01	01	01	01	10	03	01		30

\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

A Proposta nº 119/2024/CM foi aprovada por MAIORIA.”

*Passou-se então ao:*

#### **PONTO N.º 05**

**Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com 2.192,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua Padre Júlio Tropa Mendes, em Estoi, União das Freguesias de Conceição e Estoi – Proposta n.º 130/2024/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Esta é uma situação diferente, pois estes 2.192m<sup>2</sup> faziam parte de uma parcela do domínio privativo do município que foi cedida à Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, para a construção da Unidade de Cuidados Continuados, em Estoi.

Este terreno tinha sido cedido à Fundação Algarvia em direito de superfície e, para que essa alienação pudesse decorrer, foi necessário vender o terreno onde a Unidade de Cuidados Continuados estava implantada, e esse terreno foi desafetado da parcela mãe que estava em direito de superfície.

Estes 2.192 m<sup>2</sup> correspondem ao domínio público, ao fim e ao cabo, dessa intervenção e que ficou na nossa posse.

O outro terreno faz parte hoje da Unidade de Cuidados Continuados, como disse, como disse foi alienado por nós e este, tendo sido desanexado do outro



e tendo lá estradas e estacionamento e tudo isso que é nosso, não faz sentido continuar no domínio privativo, daí que o que se pretende aqui é a autorização da Assembleia para passar este terreno ao domínio público municipal. Muito obrigado.»

*Não havendo intrvenções para a discussão deste ponto passou-se à votação do mesmo.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 130/2024/CM** respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 2.192,00m<sup>2</sup>, sito na Rua Padre Júlio Tropa Mendes, União de Freguesias de Conceição e Estoi, confrontando a norte com Natália Maria Baptista Faustino Leiria Viegas e outros, a sul com Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social e outros, a nascente com Jorge Manuel Catarino Corvo e a poente com a Rua João de Deus, conforme apresentado no ofício n.º 3170, de 26/04/2024, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	<b>PSD</b>	<b>CDS</b>	<b>CH</b>	<b>IL</b>	<b>MPT</b>	<b>PPM</b>	<b>PS</b>	<b>CDU</b>	<b>BE</b>	<b>IND</b>	Total
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00
<b>Favor</b>	10+01*	01	01	01	01	01	10	03	01	01	31

\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

A Proposta nº 130/2024/CM foi aprovada por UNANIMIDADE.”

*Passou-se então ao:*

### **PONTO N.º06**



**Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre os processos em contencioso em curso, mantêm-se praticamente os mesmos, oitenta e dois passou a oitenta e três.

A informação financeira, em termos de receita, dos oitenta e quatro que temos em orçamento, foram cobrados quase trinta e oito.

O endividamento de médio e longo prazo, a 19 de abril, tínhamos uma dívida financeira na ordem de quase treze milhões de euros.

A receita de capital, dos dezasseis milhões que está previsto cobrar este ano, temos quase um milhão e meio.

Em termos de despesa, dos trinta e sete milhões de dotação de despesa de capital, vinte e três estão já comprometidos, 3.3 faturados e há uma dívida desta faturação que está correndo, de trezentos e sessenta e oito mil euros.

Na despesa corrente, dos sessenta e dois milhões, quarenta e dois estão comprometidos, faturado onze e há cerca de meio milhão que está em faturas para serem pagas.

Sobre atos de representação, tivemos a 50ª Volta ao Algarve, mais uma vez uma partida aqui em Faro.

Estivemos associados aos operadores de citrinos do Algarve, num congresso que realizaram, com quatro países, no auditório da CCDR, para debater esta questão.

A Geração de Génios também fez o seu aniversário.

Estamos a desenvolver uma campanha de sensibilização para poupança de água, chamando a atenção para a situação que temos, que é grave.

O Banco Alimentar inaugurou umas instalações novas por cima do armazém que tem, num espaço que é do município que lhes foi cedido e que eles recuperaram e que estava degradado e que hoje tem lá excelentes instalações para o Banco Alimentar.

Participámos no aniversário do Moto Clube de Estoi.



A Hora do Planeta também este ano voltamos a dinamizar.

Novamente, fez-se a marcha corrida Ria Formosa.

Algumas reflexões no Festival Reflexo do Barroco, no Teatro Lethes.

Tivemos aqui nesta mesma sala, organizado pela ACRAL, um conjunto de seminários onde esteve o Professor João Duque, a partilhar connosco a sua visão sobre a economia nacional e internacional.

Uma prova de karaté a nível internacional, onde esteve o maior mestre de karaté. Isto é uma coisa que já foi realizada e esta é a terceira vez que se realiza em Faro, o que para nós é um orgulho, porque significa que a Federação Internacional de Karaté tem uma boa apreciação daquilo que se passa nesta modalidade, em geral no país e em particular em Faro.

O aniversário do Sporting Clube Farense, que fez este ano cento e catorze anos, e que depois inauguramos no Palácio Belmarço uma exposição sobre o estádio do Farense, o Estádio de São Luís, que fez este ano cem anos. É o estádio do país mais antigo e que foi construído por um privado que depois deu seguimento e hoje é propriedade do Sporting Clube Farense.

Uma exposição que merece ser vista foi feita através do Orçamento Participativo do município, portanto com verbas do município, mas que convido todos a verem porque merece ser vista.

Depois tivemos ali a Feira de Radioamadorismo, que é algo que tem uma importância estratégica grande porque, em caso de problemas ou calamidades, este radioamadorismo pode ser uma ajuda importante, mas cada vez há menos pessoas de alguma forma a praticar este tipo de rádio.

Na Confest, mais uma vez tivemos o seu aniversário.

A Meia Maratona da Água, que este ano teve mil atletas que fizeram a prova.

O Motoquedas também. Nós temos muitos, muitos Moto Clubes do concelho.

Tivemos na gala das Licíadas que se realizou no Teatro Municipal.

Uma visita do Embaixador da Suíça.

Apresentámos a semana passada as comemorações dos cem anos de António Ramos Rosa, que nasceu no dia 17 de outubro, salvo erro, e portanto, nesse dia teremos um grande seminário e um conjunto de outras atividades. Posso dizer que o Prémio Ramos Rosa, que nós tínhamos como bienal (este ano, por



exemplo, não se devia realizar), realizou-se o ano passado numa parceria com a Associação Portuguesa de Escritores, e num protocolo que vamos firmar, eles passam a ter um Município como parceiros. Serão eles a fazer toda a parte de divulgação e depois de escolha, através de um júri onde nós participaremos também indicando pessoas, mas vão ser eles que fazem toda a parte operativa e passamos o Prémio Ramos Rosa a anual e, portanto, este ano vamo-lo fazer também e queremos potenciar este prémio, mas também potenciar esta mesma comemoração do centenário do Ramos Rosa.

Depois, como todos aqui penso que participaram, fizemos, e a Comissão da Assembleia está certamente de parabens, as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em particular nestes dois dias, com muitas atividades a serem desenvolvidas e muita gente envolvida nestas mesmas atividades.

Muito obrigado.»

**O membro da AM, Hélder Ramos (PSD)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente Rogério Bacalhau, queria clarificar aqui a minha questão de há pouco, que me pareceu que não fui muito explícito naquilo que queria dizer ao nosso executivo. Quando falei no passe a título gratuito para os residentes que têm o título reconhecido pela APA, que é o título de residente, eu queria dizer passe municipal, para a carreira municipal, portanto, queria clarificar esta questão. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente em exercício, agradecendo-lhe por me ter dado a palavra novamente, reiterando cumprimentos.

Sr. Presidente da Câmara, nós gostamos sempre de o ver cortar fitas e realizar estas conferências, gostamos dessas coisas e, por isso mesmo, compreendemos que o Sr. Presidente da Câmara não tenha tempo para responder àquilo que lhe é pedido em sede de reunião de Câmara pela vereação do Partido Socialista. Não pode haver tempo para tudo, não é? Ou bem que se cortam fitas, ou bem que se responde à oposição. E por isso mesmo, depois de ver tanta fita cortada e tanta conferência feita, e tantos e bons eventos, Sr. Presidente, esta bancada não pode deixar de demonstrar o seu desagrado com a falta de resposta permanente às diversas solicitações que lhe são apresentadas pela vereação do Partido Socialista e gostaríamos de



forma bem clara que ficasse aqui expresso a nossa solidariedade para com quem trabalha na vereação sem pelouro e não consegue ver o seu trabalho realizado, em virtude da inação da Câmara Municipal.

Sr. Presidente, eu quero apenas recordar, que a vereação do Partido Socialista, já pediu por diversas vezes um relatório detalhado do Festival F relativo a 2022, reitero que estamos em 2024 e isto ainda não chegou lá. Não chegou, continuamos sem resposta. E se há matéria que importa à vereação do Partido Socialista, importa à bancada do Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal.

Por outro lado, talvez também quase um ano e meio volvido sobre o ataque informático de que esta Câmara foi alvo, continuamos inacreditavelmente... vou só aqui voltar a olhar, que nos próximos três anos vamos conseguir executar setenta e cinco milhões, mas não conseguimos resolver um problema de um ataque informático do qual fomos vítimas em novembro de 2022!

Portanto, Sr. Presidente, desculpe por lhe dizer as coisas desta forma, mas sou obrigada a questionar a capacidade de execução que o Sr. Presidente pode ter, pois se em três anos pretende executar setenta e cinco milhões e, não obstante, não conseguimos resolver um problema relativo ao que se passou com o ataque informático, alguma coisa está errada. Mas o que é facto é que isto continua sem resolução, Sr. Presidente. E estou em crer que, já por diversas vezes, a vereação do Partido Socialista o terá questionado sobre o estado desta situação. Mais a mais, porque na última reunião de Câmara ainda houve conhecimento que há edifícios da Câmara Municipal de Faro que não têm acesso sequer à Intranet e que o Sr. Presidente nem deu resposta de quais seriam esses edifícios. Isto é verdadeiramente inacreditável!

Por outro lado, além do relatório de 2022 do F, aguardamos também o relatório de 2023 do F, e não é aquele mapa que, por acaso, tem uma letra um bocadinho maior, dá para perceber, mas também tem quatro ou cinco alíneas.

Reiteramos os pedidos todos que foram feitos pela vereação do Partido Socialista e deixamos aqui bem expresso o nosso desagrado pela forma como a oposição é tratada neste município pelo seu executivo. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite.**

Muito rapidamente referiro o seguinte, no dia 30 de abril o Sr. Presidente, vai levar a cabo um mega arraial, onde convidou todos os



funcionários da autarquia e a minha pergunta é a seguinte: O que estará a comemorar, Sr. Presidente? Não sabemos e há alguma curiosidade nesse sentido, ou será uma tentativa de aumentar a taxa de execução da despesa? Muito obrigada.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Obrigado, Sr. Presidente. Eu levanto aqui uma questão que é recorrente e já nos últimos trimestres a tenho levantado, que é a Lei 75 e o Direito de Oposição.

Sr. Presidente, já no mandato passado nós tivemos este “bate papo” em relação ao relatório de atividades da Câmara. Se algum cidadão que não conhecesse os meios com que a Câmara está a funcionar e chegasse aqui e analisasse o relatório trimestral da atividade da Câmara, qual era a conclusão? Que a Câmara era uma organização de festas, de eventos, de receção. Mas não é, felizmente!

Volto a referir, nós temos o direito e o cidadão tem o direito de saber qual é a atividade da Câmara. Qual foi a atividade do Departamento de Cultura; do Desporto; qual foi a atividade do Património; quantos processos entraram, quantos foram despachados... Isto é que é o relatório trimestral de uma Câmara Municipal. E eu vejo aqui o relatório de uma grande parte das Câmaras Municipais, do exercício trimestral, e nada têm a ver com aquilo que se passa aqui já há alguns anos. É possível, de facto, pedir a cada departamento o trabalho desenvolvido, numa folha A4, em relação à atividade nos últimos três meses.

Por acaso o Partido Socialista até tem vereadores no executivo e muitas vezes isto também passa ao lado deles, mas há aqui deputados municipais que não têm vereadores, têm dificuldades e, de facto, não têm acesso à atividade, que é grande por parte da Câmara, em relação àquilo que se passa no município.

O Sr. Presidente sabe que eu ultimamente tenho mantido este silêncio, mas até ao fim do seu mandato espero que faça um relatório da atividade, já não digo de cada departamento, mas o que é que fazem os vereadores. Vocês têm seis vereadores, digam-nos, pelo menos, durante os três meses, qual é a atividade de cada vereador. Qual é o despacho? O que é que vão fazer? O que é que visitam? Isto é que é obrigação de Vossas Excelências, que nós não sabemos. Vocês estão postos por nós e nós não sabemos qual é a vossa atividade. Tenho ditto.»



**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe** – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

O ano de 2024 vai passando e os relatórios de atividade também. Até hoje, não vi nada sobre o assunto que vou focar, possivelmente nem a Câmara Municipal o tinha perspetivado, mas, tal qual a nível nacional, causa-me um pouco de tristeza. Este ano são quinhentos anos do poeta de Portugal, Luís Vaz de Camões, uma data completamente esquecida a nível nacional, regional e até concelhio.

Quero propor que a Câmara Municipal de Faro procure, no âmbito da cultura, alguma verba disponível, alguma verba que esteja incerta, cinquenta mil euros, um pouco mais, um pouco ou menos, e que se possa estabelecer aqui em Faro, pelo menos no segundo semestre se possa assinalar essa data, tendo em consideração que se fez um trabalho bastante bom a nível do 25 de Abril, com alguns contratemplos, mas bastante bom, acho que seria muito interessante que em Faro marcássemos com dignidade esta data, pois seria bastante importante para Faro. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De recordar também, e feliz fico com a preocupação da comemoração de Luís de Camões, mas também neste ano vai fazer quinhentos anos da morte de Vasco da Gama. Também seria interessante integrar as duas personalidades tão intimamente ligadas aos Descobrimentos Europeus. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado.

Só para dar nota do ataque informático. Neste momento, tirando o Presidente e mais duas pessoas, toda a gente trabalha nos edifícios. Eu sou o único que tem um sistema que pode trabalhar em casa. E há situações, como referiu, de alguns serviços que ainda não estão a funcionar e provavelmente algumas situações nunca vão ser como eram antes. Estão neste momento em concurso uma série de equipamentos, mas mesmo quando tivermos esses equipamentos, há coisas que fazíamos antes e que agora não vamos fazer por uma questão de segurança.

Sobre o arraial, é uma coisa que já tínhamos pensado fazer há algum tempo, decidimos fazer este ano por uma razão muito simples: primeiro, para



homenagear os trabalhadores e, em segundo lugar, porque eu não me vou candidatar, porque se eu me fosse candidatar, aquilo que foi falado aqui hoje, viriam dizer que era eleitoral. Portanto, estou à vontade, o jantar de Natal vamos fazer também e com todo o gosto faremos isso.

Sobre o que faz o Presidente e os vereadores, olhe desta lista toda que aqui está, eu por acaso não fui a todas. Por exemplo, a Estoi está aqui, mas não consegui lá ir porque estava noutro lado. Mas como vê, eu levo a minha vida em festas, não faço mais nada a não ser isso e os vereadores que aqui estão, regra geral, fazem a mesma coisa...

Este modelo que aqui está, quando eu para cá vim era igual, não é em dois anos que eu vou mudar, quem vier a seguir que mude o que quiser. Pronto, está esclarecido!

Agora, o que fazem os vereadores? É uma pergunta que no mínimo é ofensiva.

E, portanto, como vê por aqui, isto é mesmo uma Comissão de Festas. Ainda ontem eram 23H35, saí da minha casa para ir a uma festa. Portanto, como vê, à meia noite e cinco, estava a cantar os parabéns ao Clube Desportivo do Montenegro, que faz hoje, oitenta e seis anos e que comemora sempre na noite do 25 de Abril à meia-noite e cinco. E portanto, está a ver, era meia-noite e cinco estava numa festa em Montenegro, a cantar os parabéns! E hoje, quando sair daqui, ainda vou a outra.

Sobre os quinhentos anos de Camões, concordo plenamente. Infelizmente, nada se fez e para o Vasco da Gama, exatamente a mesma coisa. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia, em exercício** – «E com isto se conclui a apreciação da informação, Senhor Presidente da Câmara, e estamos exatamente no momento de conceder a palavra aos munícipes.»

#### **Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.**

*Usaram da palavra:*

**Sr. Município José Amaro** – «Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Eu vinha falar sobre a constituição de direito de superfície a favor da Associação CIF - Centro Islâmico de Faro, para a construção de uma



mesquita. Sei que não levou ainda à reunião de câmara, não sei porquê, não me interessa, mas se não levou, acho que fez muito bem, que não queira abrir a caixa de Pandora e muito menos enviar à Assembleia Municipal. Mas como o assunto é intenção, pelo menos a Proposta n.º 83/2024/CM, vindo do Presidente, tenho aqui uma cópia, não sei como é que chegou aqui, não sei nem me interessa, mesmo que soubesse também não o dizia. E então é assim: isto é um alvará de licenciamento de 2001, em 2001, o terreno de 2465 m<sup>2</sup> foi destinado a equipamento de utilização coletiva e a Câmara fazia uma habilitação que esta Câmara também depois acabou por fazer em 2016. Tirava do domínio público municipal passava para o privado municipal e fazia o que muito bem entendia. Só que há aqui um pequeno senão, é que desde 2019 está na lei, há um decreto regulamentar, que é o n.º 9/2009 de 29 de maio, que define claramente o que é o equipamento de utilização coletiva e não está lá equipamento religioso.

E então é assim: aquilo serve para cultura, desporto, terreno disponível, segurança, proteção civil não consta e o que é isto no Decreto Regulamentar? Este n.º9/2009 de 29 de maio, podem consultar com motor de busca, foi revogado em 2019 por Decreto Regulamentar 5/2019, de 27 de setembro, se não me engano, que mantém a definição de 2009. Só que a generalidade das Câmaras continuou a funcionar. Eu conheço uma que não funcionou assim, viu que o caminho não era aquele e retrocedeu. Até 2009 era possível, tirar do domínio público municipal para o domínio privado municipal e fazia o que muito bem entendia. Porque isto de regulamentar uma lei, o regulamento vale tanto quanto uma lei, é semelhante, é um bocadinho acima da portaria, mas hierarquicamente vale o mesmo. Até se diz que é para regulamentar a lei, mas não é para generalizar, é para excecionar e a exceção é os equipamentos que estão definidos na lei.

Portanto, apelo ao Sr. Presidente da Câmara, eu desejo o bem de Faro, a cidade onde nasci nos anos 50, é certo que nunca votei em si, mas não lhe desejo nada de mal, nem a si nem à Câmara, apenas não espero ir morar para mais lado nenhum. Portanto, daqui o apelo se foi de forma consciente que aguentou para colher mais informação sobre a matéria, tudo bem, daqui o meu aplauso, se for por outra razão qualquer..., está na sua mão. Muito obrigado.»



**Sr<sup>a</sup>. Múncipe Rosa Nobre** – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e todos os presentes.

Eu trazia um documento em PowerPoint para ser mais rápido e para explicar tudo o que queria apenas com imagens.

O que me traz aqui foram algumas notícias, mas que queria partilhar convosco. Sou de Faro, nasci aqui, estudei aqui, tive aqui os meus meninos, sou mãe e vivo na Urbanização Janelas de Faro, fui das primeiras a estrear os apartamentos e trazia imagens de quanto as nossas árvores cresceram, porque nós atingimos a maioria. Somos um bairro eclético, com respeito, civismo, bom senso e muito camaradário.

Gostava de vos mostrar as imagens das nossas festas, das nossas crianças a plantar árvores e dos nossos jardins. Gostava de vos mostrar também algumas das situações que temos vindo a ver com alguma tristeza, nomeadamente o nosso parque infantil, que nos foi retirado, algumas infraestruturas que não têm sido repostas, mesmo com as nossas comunicações. Gostava de mencionar que perdemos um edifício que foi demolido, uma casa que era a sede deste terreno tão afamado agora, mas que tem um pinheiro manso, lindíssimo, imponente, e outras árvores autóctones lindas que têm estado sossegadas e que nos têm potenciado a nós, farenses, dentro da cidade, como se tivéssemos, como alguns colegas têm, o privilégio de viver mais no interior, em Santa Bárbara, etc., no Montenegro onde já vivi, é muito bonito, mas vim para a cidade.

Gostaria também de mostrar algumas situações, nomeadamente relativamente ao lixo, aos ecopontos, aos vetores que temos imensos, às imagens das destruições das árvores, da ausência das mesmas por intempéries ou por outras situações, dos dilúvios a que nós assistimos e do do rio que se forma na nova Estrada, na nova Avenida 25 de Abril e a dicotomia entre nós, com tanta água à porta da nossa casa, sempre que chove, e depois um grande outdoor à nossa frente a dizer "Que futuro queres deixar aos teus filhos?". Eu gostaria que fosse feito como naqueles programas que estamos a ver agora, do Algarve à Lapónia, em que o PRR foi utilizado para coletores subterrâneos de águas pluviais. Trazia aqui a imagem do que aconteceu no primeiro troço da Avenida 25 de Abril, em que, com as chuvas, houve uma derrocada e não podemos passar no passeio porque toda esta área empedrada caiu.



Mostrava também aqui um e-mail que encaminhamos, com as árvores que vão ser destruídas pela nova rotunda da Nacional 2 e que pedimos à Câmara para serem replantadas na nossa urbanização.

Gostaria também de enaltecer o trabalho do nosso excelente profissional, Sr. Presidente e nosso amigo Eng.º Bruno Lage, pelo seu trabalho conosco na colocação de mesas e cadeiras, na colocação de uma mesa de ténis de mesa, embora necessitemos que ela seja reajustada, e também nos equipamentos de geriatria.

Gostaria também de vos dizer rapidamente que, no que respeita ao parque infantil existente na urbanização que nos foi retirado, mesmo em excelente estado de conservação e sendo parte integrante do projeto, este parque infantil reunia crianças, adultos na urbanização, alunos da escola da Lejana e outras pessoas da cidade, bem como meninos de férias com as suas avós, fazíamos aniversários, convívios e falávamos com os seniores que faziam a sua ginástica e isto tudo acabou.

A Convenção Internacional dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, publicada há mais de 30 anos, à qual Portugal aderiu no n.º 31, menciona o direito da criança de brincar, bem como a UNICEF, a Organização Mundial de Saúde e a Academia Americana de Pediatria reforçam a importância do brincar para o desenvolvimento normal da saúde, conexão com a família, a sociedade e o meio ambiente. Este direito foi retirado às crianças farenses com a remoção dos parques infantis, foi-lhes retirado a sua infância, com a diminuição do tempo que os seus pais que têm dificuldade a circulação na cidade. A manutenção dos parques existentes e a criação de mais fazem todo o sentido para a maior proximidade, igualdade e oportunidade. O espaço público deve voltar a ter harmonia, deve haver mais investimento e respeito. Eu gostaria de disponibilizar a todos o documento que fiz, é uma pena tinha sido mais rápido projetando. Tinha aqui algumas questões, nomeadamente, que projetos têm para a promoção, valorização e salvaguarda dos recursos naturais da cidade.

Eu gostaria de enviar por e-mail e, se fosse possível que fosse mencionado a todos. Muito obrigada pela atenção.»



**Sr. Município António Mateus** – «Boa noite, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, Sr. Presidente da Assembleia e restante elenco presente nesta mesma Assembleia.

Em primeiro lugar, pretendo revelar o que está mal na nossa capital.

Começando pela Praia de Faro, há areia em todo o seu percurso na via pública, nada aceitável! Casas de banho na Praia de Faro com canalização em péssimo funcionamento, um desperdício de água comprovado.

Falando agora num assunto extremamente sério, que se prende com a nossa sociedade, e não só, algarvios e não algarvios. Serviço Nacional de Saúde, com péssimo atendimento dos citados utentes, já não mencionando o atendimento retardado do INEM para aqueles que necessitam de resposta urgente no Socorro, e depois passam pela morte.

Quando se fala na Polícia Municipal, para quando esse corpo sai à via pública? Não se pode continuar nesta situação, uma capital de distrito está a perder a sua capitalidade.

Um assunto também extremamente sério que agora vai ser falado. Alertar o SEF e a Polícia de Segurança Pública. A nossa região foi invadida por imigrantes de várias etnias, sem controlo do anterior Governo Socialista.

Temos uma capital com buracos por todo lado, passadeiras sem segurança para os peões.

Sr. Presidente Rogério Bacalhau Coelho, o seu projeto megalomano para o cais comercial de Faro, onde é que ele está? Em que percurso se encontra essa promessa? Na fotografia não chega, não serve os farenses!

Os farenses não podem continuar a aguardar o seu processo contabilístico, com tanta obra a necessitar de ser realizada com caráter de urgência.

Para quando a iluminação numa capital de distrito que eu me sinto envergonhado – não sou farenses, mas vivo aqui há quarenta e tal anos. Uma cidade rodeada de guetos, e o senhor é conhecedor dessa matéria, já alertei várias vezes. Temos como exemplo, Heróis da Pátria, Cerro do Bruxo, na Penha, junto ao Edifício Ninho, acampamentos daqueles que pernoitam durante a noite, e às vezes durante o dia, com barracas na via, a céu aberto, Sr. Presidente.



Nós temos um Presidente para defender os interesses de Faro e dos farenses, ou temos um Presidente como uma figura decorativa? Não aceito!

Boa noite e muito obrigado.»

**Sr. Município Manuel Lázaro** – «Sr. Presidente Rogério Bacalhau, cumprimento através de si a Mesa da Assembleia e todos os deputados aqui presentes.

Queria fazer simplesmente duas observações e três questões a esta Assembleia e ao Sr. Presidente.

A primeira é uma correção, infelizmente, sobre o Clube de Faro, que não é o Clube mais antigo de Portugal, o Clube mais antigo de Portugal é o Sport Clube de Viana do Castelo, que tem cento e quinze anos. Esta é a primeira observação.

A segunda, queria-me referir à questão e dar os parabéns pelo investimento de setenta e cinco milhões de investimento, parece-me a mim que é muito para quem não tem e é pouco para quem tem muito, mas nesse caso, queria felicitá-lo por esse ímpeto de querer fazer esse investimento na cidade de Faro.

Como sabe, eu não vou esconder, votei nas três eleições para a sua equipa e para o Sr. Presidente aqui hoje, eleito na Câmara que representa todos os farenses. Mas não me lembro do Sr. Presidente me pedir ou me dar a informação que queria avalizar uma construção de mesquita na cidade de Faro. Portanto, eu aqui não sou contra as religiões, nem contra a liberdade de religião, sou católico e respeito todas as religiões. Mas há uma coisa que é certa, é que está-se a ver o problema a nível do país e a nível da Europa, sobretudo com partidos islâmicos, a quererem fundar partidos políticos. Portanto, não sei qual é o legado e a intenção que o Sr. Presidente quer deixar nesta cidade, mas muito cuidado e lembre-se, Dom Afonso Henriques. Muito cuidado com o que aconteceu na Europa, com os muçulmanos que hoje vêm com outras intenções.

Eu estive muitos anos em França, como o Sr. Presidente sabe, lidei com essa comunidade muito tempo, tive gente empregada dessa comunidade comigo, sei que paravam três vezes ao dia, para porem o tapete no chão para rezar e sei como é que as coisas funcionam. Portanto, eu vou fazer frente se o senhor avançar com isso, e com outras pessoas, contra a instalação de uma mesquita



deste porte financiada por países árabes, em Faro, que o senhor está a dar um terreno, o senhor ou a Câmara, fez uma doação de um terreno no valor de um milhão e trezentos mil euros e eu pergunto ao senhor, porque é que não investe esse milhão e trezentos mil euros, ou vende o terreno para outro tipo de caridade? Um lar social, uma escola infantil e pessoas que necessitam, do que para o CIF.

Portanto, na minha opinião, Sr. Presidente, a questão é esta: irá para a frente com a construção da mesquita em Faro com o acordo dos farenses? Irá perguntar aos farenses se estão de acordo com a instalação de uma mesquita com milhares de pessoas a rezar na rua que não vão conseguir entrar lá dentro? Vou dar um exemplo simples para não demorar muito. Estive em Sófia há poucos meses, onde até conheci lá um terreno da Orquestra do Algarve que, no meu ponto de vista, só para fazer um parêntese, foi um desastre o que apresentaram no 25 de Abril e dito por muita gente uma escolha muito má daquela orquestra daquela música para fugir ao 25 de Abril. Mas enfim, cada um tem os seus gostos. Mas eu vi lá, eu vi a chamada dentro da capital de Sófia, eu vi os milhares de muçulmanos à volta daquela cidade e já temos os guetos em Lisboa que você pode ver nas redes sociais por todo o lado. Portanto eu pergunto, se isto irá para a frente e com que acordo? Porque o voto que o senhor pediu que lhe deu três mandatos com o meu voto, assim como os outros farenses, você não falou disto, senão não lhe tinha dado o meu voto.

Portanto, na segunda questão também lhe queria dizer o seguinte: e aí apoio o Sr. Presidente da Junta de Santa Bárbara do Nexe, que tem feito muitas questões à Câmara sobre os investimentos feitos na maior freguesia de Faro, aquela que paga mais IMI para os cofres da Câmara. Neste sentido, nós temos várias deficiências na freguesia, não vou aqui repetir todas porque seria extenso, mas cito só duas: a variante Este/Norte que não tem iluminação; não tem passeios; as crianças de comunidades sociais que estão instaladas lá em bairros da lata, em Santa Bárbara, que vão a pé com camiões a cruzar; a reabilitação do Centro de Santa Bárbara que foi prometida já no início do mandato do Sr. Presidente aqui está e que conhece muito bem estas lacunas. Não é só com uma maquinazinha andar a tapar buracos. Para quando a maior freguesia de Faro ter um centro condigno e ter uma entrada condigna para entrar? Portanto, esta era a minha questão e muito obrigado a todos.»



**Sr. Municípe Jorge Bandarra** – «Boa noite, Sr. Presidente em exercício, Professor Francisco Soares, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, cumprimento todos os presentes.

Dirijo-me a V. Ex<sup>a</sup>, apresentando algumas questões dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro.

Na véspera do Dia da Liberdade, se eu acreditasse em bruxas, quase que afirmava que tinha sido um mau olhado, porque vinte e cinco minutos depois de cumprimentar o Sr. Presidente fui atropelado por uma trotinete, mas, felizmente, eu não acredito em bruxas. Como tal, eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal me respondesse às questões que eu irei apresentar.

Eu, por acaso tive sorte, porque se tivesse sido uma criança, de certeza que tinha sido muito mais grave. Há um regulamento da Câmara Municipal de Faro, que é o 1287/2023, de 4 de dezembro. Por acaso, esse regulamento até tem uma gralha, não sei se alguém reparou, mas tem uma gralha, mas isso é um problema do Diário da República ou da Câmara Municipal de Faro. Ora, o que é que eu pretendo saber? No artigo 12º alínea c) diz que constituem obrigações do operador ser detentor do seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, incluindo os utilizadores dos serviços de partilha. Diz também o mesmo regulamento, no ponto 4 do artigo 13º- Condicionamentos à Circulação – diz o ponto 4: é proibida a circulação de veículos de sistemas de partilha em zonas pedonais, passeios, praças, parques de lazer e jardins, exceto quando essa possibilidade se encontra sinalizada em conformidade. Quem visita a Rua de Santo António, andam velhos e novos a circular e onde começa a liberdade de um acaba a nossa. Eu nunca vi nenhum polícia chamar a atenção de alguém, não sei se isto é permitido ou não.

Por conseguinte, é proibido o estacionamento de serviço de partilha em passeios, isso é o que vejo todos os dias à minha porta, às vezes aparecem algumas, eu sei como é que se resolve o problema. E a minha preocupação é esta: quem é que fiscaliza isto? Quem é que fiscaliza este regulamento? É a Polícia de Segurança Pública? A Câmara Municipal de Faro não tem Polícia Municipal! Por conseguinte, há uma coisa que vos garanto: eu vou andar com este regulamento debaixo do braço, há pessoas que andam com o jornal A Bola, o Record, eu vou andar com este regulamento e cada situação que eu assistir, que eu souber, porque eu já comecei a transmitir esta mensagem da



falta de fiscalização que estes serviços têm. E houve uma pessoa que me disse, você safou-se mas um amigo meu está numa cadeira de rodas porque foi atropelado em cima de um passeio. Não venham cá com os moralistas das mobilidades, eu não vou atrás disso, eu vou atrás é da defesa. Por acaso eu tive sorte, mas há outros que não têm essa sorte.

Por conseguinte Sr. Presidente, agradeço-lhe veementemente que me responda e se houver seguro, agradeço também que me diga qual é a companhia de seguros, para que eu possa contactar a mesma.

Tenho dito, muito obrigado.»

**Sr. Munícipe Rui Rodrigues** – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e a todos os presents. Em nome da Associação Unidos da Rua de S. Luís, aqui estou mais uma vez, alguns já me conhecem, outros não.

Sr. Presidente, após quinze meses da nossa grande cheia na Rua de S. Luís, como é do seu conhecimento e de todos, só 20% é que foi recebido, 80% ainda estamos à espera. Eu sei que não é diretamente com o Sr. Presidente, mas queria que de todo o modo que houvesse pressão, ou houvesse uma pressão entre a CCDR, a Autarquia e o Governo, para que os outros 80% fossem ressarcidos. Acho que já está mais do que na hora de receber a promessa que o governo lançou.

O projeto da Rua de S. Luís, eu estive na outra Assembleia extraordinária e vi que não contempla no orçamento. Tive o prazer de falar com o Sr. Presidente José Apolinário e sei que a situação está entre a CCDR e a FAGAR. Portanto, a obra vai fazer a FAGAR e o projeto será com dinheiros da Comunidade Europeia, mas não sei quando. Estou um pouco desmorecido com essa situação, Sr. Presidente, penso que deveria haver um pouco mais de pressão, um bocadinho mais de interação sobre essa situação, que é uma situação grave há muitos anos, como todos nós sabemos e os problemas nós vamos sempre carregando com eles às costas. Não sei para quando é que este projeto se irá realizar ou não.

O alcatroamento da Rua de S. Luis, daquele cruzamento e daquela estrada, que é uma artéria principal à baixa da cidade, onde passa muita gente todos os dias, acho que deveria ser também revisto, Sr. Presidente. Como tínhamos falado também em termos de pintura, dar um jeito àquela rua, porque nós



temos de dignificar aquela rua, porque trabalhamos naquela rua. Eu sou comerciante e falo em nome dos comerciantes e moradores e todos os dias me contemplam com várias situações, eu sou porta-voz da associação e é por isso que estou aqui hoje, mas penso que essa situação já está em andamento.

Tive o prazer de ir ao dia aberto da Algar, para ter conhecimento sobre como se tratava dos ecopontos. Precisávamos também de ecopontos novos, os nossos estavam grafitados, cheios de lixo, cheiravam mal e, graças a Deus, já consegui. Estive lá uma manhã, fui à sessão aberta, portanto, quem quiser ir também, às quintas-feiras podem ir, é uma informação que serve para todos. E já foram montar os novos ecopontos e chapa, mas são dignos de se verem.

Sr. Presidente, sobre a situação da estrada, temos ali uma passadeira logo ao início da rua e eu gostaria que o Sr. Presidente abordasse a situação da parte do trânsito de que precisamos de mais uma passadeira naquela rua. Houve dois atropelamentos ali há muito pouco tempo, porque as pessoas querem passar do passeio para o lado da pastelaria “Bety” e só temos uma passadeira no início e não temos mais nenhuma. Isso era importante que trabalhássemos nesse sentido para também ajudar na mobilidade das pessoas. Do lado direito ao lado da Blue Dental, têm caído também ali algumas pessoas, têm partido braços e pernas e ainda na semana passada fui apanhar uma senhora daquelas lajes que vêm levantando com as raízes das árvores. A gente sabe que aquilo não é fácil de controlar, mas a ver se a gente conseguia dar ali um jeito, não sei como será, mas tem ali alguns tubos também a aparecer e as pessoas tropeçam ali, dia a dia. Aquilo é uma zona pedonal de muita gente e nós queríamos também ver essa situação resolvida. Sei que é muita coisa, mas nós queremos aquela rua uma rua digna que todos os farenses merecem e nós também somos o porta-voz.

A parte da replantação das árvores da Praça da Paz, nós escrevemos um e-mail para o SNF e estamos à espera também da replantação daquelas árvores. Em frente ao Restaurante “Sem Tempo”, aquelas árvores, estão todas mortas, a gente sabe que há falta de água, mas há árvores que têm falta de pouca água. Aquilo está só os coutos das árvores aquilo está está feito, está horrível. Nós queríamos ver aquilo de uma forma diferente, com umas árvores ali, que aquilo assim está muito degradado. Muito obrigado.»

**Sr. Município Valter Alfaiate** – «Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os políticos e o povo.



Estamos na altura do 25 de Abril e o 25 de Abril foi feito há 50 anos, mas para mim, ainda não está terminado, pois ainda hoje se lê no jornal que a pobreza afeta 1.3 milhões de pensionistas, 2 em cada 3 pensionistas têm uma pensão igual ou inferior a quatrocentos e quarenta e três euros e vinte cêntimos. Isto o que demonstra e o que tenho visto nestes 50 anos, que a classe que foi realmente privilegiada foi a classe política. A classe política é que se apoderou do 25 de Abril e tem os brutos rendimentos que tem. E servem-se disto como se fosse deles. Como o Sr. Presidente, que há cinco anos comprou cinco Volvos, um deles um topo de gama e, ao fim de dois anos, trocou por outro topo de gama de outro modelo. Eu pergunto, é por vaidade? É por bem gerência? Ou é pelos buracos que o senhor tem no concelho de Faro que lhe deram cabo do carro? Eu gostava de saber isto, porque eu pensava que a Câmara de Faro estava realmente capitalizada. Quando eu vejo uma troca de carro destes e outras coisas que a gente se apercebe, o que foi feito em Faro? Nada! Zero! É só dívidas.

Vi agora estes números e eu sou prejudicado, pago mais juros, que a Câmara também tenho aqui cota das dívidas que tõe, pago mais IMI, eu sou prejudicado. Mas mais prejudicada é a população de Faro porque, infelizmente, a classe política que o apoia, que é a bancada do PSD, nada contribui para com os farenses, e a concelhia dirigida pelo Sr. Bruno Lage, que tem aspirações àquela cadeira, nada fazem. E Faro está parado no tempo.

O prédio na avenida, em frente da Farmácia Almeida, está desalinhado. Alguém já viu o monstro lá desalinhado? Ninguém diz nada? É aqui a oposição que tem o direito de cuidar da Câmara não diz nada?

As duas urbanizações privadas do seu amigo francês, tiraram a vista para a Ria Formosa, ss pessoas passam lá, já não veem a Ria Formosa.

A Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta de Montenegro tem a estrada esburacada, há dois anos prometeu-me que a rua que foi lá alcatroada por causa daquele célebre Rent a Car que está lá, alcatroaram na rua por causa da Rent a Car, não foi por causa dos moradores... A senhora viu que a água entra dentro do meu portão, inunda-me a casa, há dois anos que está para fazer, a rua não tem iluminação e foi lá a Câmara receber a obra e o que é que fizeram? Tiraram um candeeiro! Desminta-me aqui na minha frente, por favor, se estou a mentir.



A rua, aqueles ecopontos que estão lá, estão há três meses com os buracos feitos e lá estão esburacados. Sr.<sup>a</sup> Presidente, mexa-se, peça a quem quiser o dinheiro, ou então faça a obra. Eu dou cabo das suspensões do meu carro e não é a Câmara que paga, os Volvos e que são pagos.

Gostava de saber também, uma Câmara que segundo me parece, e gostava também que me respondesse, que nos últimos quatro anos comprou cem viaturas à Fiaal. Será porque a Fiaal era de um dos donos, da pessoa que foi seu mandatário? Olhe, Sr. Presidente, o que eu tenho a certeza é que o senhor um dia, quando se reformar, vai comprar um Volvo. Vai, vai. Ai vai, vai, eu tenho a certeza disso. Tem pai que é cego....! E tudo o senhor tem feito para beneficiar as pessoas do seu partido, como por exemplo, beneficiar o Sr. Justino Ramos, que foi até há bem pouco tempo chefe de vendas da Volvo, e que tinha uma horta na Estrada Nacional 125, onde foi aprovado pela Câmara um armazém agrícola, que tem estado alugado a uma firma de construção civil e onde o senhor agora aprovou uma zona industrial! Foram milhões que meteram nos bolsos dos que o apoiam, como o senhor Justino Ramos e a D. Ofélia Ramos, e o senhor tem o descaramento de levá-la como Presidente da Assembleia Concelhia quando a senhora já lá esteve dois anos e não fez uma única Assembleia. Não é assim que o Partido vai para a frente, não é com gente como vocês que dão cabo do Partido, dão cabo da democracia e dão cabo dos farenses. Faro precisa de uma grande volta.

Vão ver só a estrada do Biogal, entre a Maxmat e Universidade, vão lá ver como é que aquilo está. Afunda-se lá, não é um carro, é um pacote.

Agora ainda temos o problema do Presidente da República, que quer pagar aos angolanos, moçambicanos, guineenses e aos brasileiros...

Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Obrigado Sr. Presidente. Relativamente ao pedido do Sr. José Amaro, agradeço toda a informação que aqui nos deixou. Será certamente analisada em sede própria.

Sobre aquilo que disse a Sr.<sup>a</sup> Rosa Nobre, que vive na Urbanização Janelas de Faro, pedia que mandasse por e-mail para analisarmos em mais pormenor todas essas questões que aí estão, juntamente com a Junta, e certamente poderemos melhorar mais algumas coisas.



Relativamente ao que o Sr. António Mateus disse, sobre a areia na Praia de Faro, ela será totalmente limpa a seu tempo. Como percebe, não vale a pena estarmos a fazer hoje limpezas de fundo, o que temos feito é garantir que a mobilidade se faça na maior segurança, porque qualquer limpeza que a gente faça hoje, ainda por cima agora com este tempo que está, amanhã estará igual e, portanto, não vale a pena. Temos que deixar passar esta questão do inverno para depois fazer a limpeza de fundo e remover tudo aquilo. Como disse, o que temos feito é tentar garantir a mobilidade na maior segurança.

Sobre os WC's, infelizmente o que disse é verdade. Se se recorda, salvo erro há dois anos intervimos lá em todos os WC's, alguns foram feitos de novo, mas é o que é e, ao fim de dois anos, já há ali alguma degradação que vamos acompanhando e agora para o verão certamente estará resolvida muitas dessas questões que mencionou.

Sobre o Serviço Nacional de Saúde, e lamento aquilo que aconteceu à sua família, já tive a oportunidade de lhe dizer pessoalmente, infelizmente ainda hoje, falando com alguém do ex CHUA, do Hospital, a mortalidade no hospital de Faro é das maiores do país e aumentou substancialmente nos últimos anos. Mas temos que ter sempre esperança de que as coisas possam melhorar, mas não é o que tem acontecido nos últimos anos, infelizmente, e muitos de nós conhecemos situações que lamentamos e corroboram esta situação.

Sobre a Polícia Municipal, temos neste momento um concurso a decorrer, dentro de alguns meses as pessoas que forem selecionadas nesse concurso irão para formação. Infelizmente, nós temos vinte vagas e neste momento acho que só temos catorze pessoas em concurso porque as outras foram desistindo e nem apareceram às provas. E portanto, vamos abrir já um outro concurso para podermos colmatar essas mesmas vagas.

O projeto do cais comercial era uma ideia que nós tínhamos, foi desenvolvida felizmente pela Ministra Ana Paula Vitorino. Infelizmente ela saiu e a partir daí nunca mais houve desenvolvimento. Como sabe, não é uma área nossa, mas precisa realmente de uma intervenção, porque ela neste momento está sem praticamente utilidade rigorosamente nenhuma.

Sobre o que o Sr. Lázaro referiu, eu não disse que o Clube Fareense era o Clube mais antigo, aliás segundo estava aqui, fez cento e catorze anos. O que é mais antigo é o Estádio de São Luís, que fez este ano cem anos. Por aquilo



que a própria investigação e a exposição refere, é o Estádio mais antigo do país, feito inclusivamente por um privado e não pelos clubes, portanto, estava-me a referir ao estádio.

Sobre a variante, estamos a fazer um projeto, a reabilitação do centro de Santa Bárbara está neste momento em concurso, penso que já fecharam inclusivamente as candidaturas, ou então será por esta semana.

Sobre a questão da Mesquita, se houver alguma alteração, a seu tempo será falado e discutido. Mas dizer-lhe que nós neste momento já temos uma Mesquita em Faro. As pessoas podem não conhecer, mas existe uma Mesquita neste momento em Faro, onde centenas de pessoas desenvolvem o seu culto e, portanto, não é nada de novidade, a não ser aparecer como notícia aqui, porque ela já existe. São pessoas que estão cá já algumas na terceira geração e, portanto, essa realidade é uma realidade no Concelho de Faro e nada de novo.

Sobre a questão que o Sr. Jorge Bandarra colocou, lamento, iremos ver isso.

Quem fiscaliza é a PSP e a GNR. Infelizmente não há muitos meios. Nós estamos neste momento com um projeto de regulamento que já esteve em discussão pública e está para publicação e a seguir vamos lançar concurso para que as empresas que queiram façam isto. Neste momento as empresas que estão cá têm meramente um protocolo conosco de autorização para que operem. Mas depois veremos isso. Se nos puder mandar alguma coisa por e-mail para depois respondermos.

Eu não lhe posso responder relativamente ao seguro, porque nem sei qual é a apólice, nem nada disso, por isso é que digo, iremos ver junto da operadora, é obrigatório ter, mas eu não sei.

Sobre o que o Sr. Rui Rodrigues referiu, das cheias em São Luís, eu a última vez que falei com o Presidente da CCDR, ele disse-me que tinha sido tudo aprovado, que iam fazer o pagamento, eu não sabia que só pagaram 20%, mas já mandei uma mensagem a perguntar realmente o que é que se passa. Porque sendo aprovado, esse valor estaria garantido e houve uma aprovação e vocês receberam em função do que apresentaram. Penso que em muitos casos nem foi 100%, mas aquilo que foi é o que é devido.

Sobre a Rua de São Luís, não está no orçamento do município porque não pode estar, isto é competência da FAGAR, como sabe. Há um compromisso



não é só para Faro, mas para Albufeira também e há dinheiro para isso, falta abrir o aviso para podermos concorrer e avançar com isso.

Nesse campo, a questão do alcatroamento, eu passo lá todos os dias e também me custa ver aquilo, mas não faz sentido neste momento nós fazermos uma intervenção ali naquele cruzamento e no largo, porque dentro de algum tempo ele será intervencionado com este tipo de obra. E portanto, estarmos hoje a pôr ali um tapete, corremos o risco de dentro de um ano ou qualquer coisa ter que o partir. Eu lembro-me disso todos os dias, quando lá passo, porque também tenho exatamente essa noção de que aquilo já devia ter sido intervencionado.

Sobre os ecopontos dou-lhe os parabéns por ter conseguido por parte da ALGAR, porque a gente tem “n” situações dessas que não conseguimos.

Relativamente à passadeira já mandámos para os serviços para verificar.

Das lajes, aquele foi, salvo erro, há dois anos, estive lá uma intervenção, mas vou pedir para verem isso e sobre as árvores também.

Sobre o que o Sr. Valter Alfaiate referiu, posso demonstrar, eu tenho um Mazda3 e hei de continuar com ele. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal em exercício** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos então prosseguir com a ordem de trabalhos com o momento das moções.»

### **MOÇÕES**

**Voto de Saudação ao Sporting Clube Fareense pelo seu 114.º Aniversário.**

**O membro da AM, Ana Passos (PS)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente.  
“Voto de saudação ao Sporting Clube Fareense pelo seu 114º Aniversário.»

Neste ano, comemora-se o 114.º Aniversário do Sporting Clube Fareense, distinta e revelantíssima instituição do nosso concelho, pelo que merece, por parte do Partido Socialista, um profundo reconhecimento. O Sporting Clube Fareense nasceu de um sonho de um grupo de jovens que, desde 1905, se dedicavam a jogar à bola o que à época era uma novidade.

Inicialmente, os jogos realizavam-se no Largo da Sé, tendo rapidamente passado para o Largo de São Francisco. Foi neste último local que se



improvisou um campo de jogos com a ajuda dos estudantes, soldados e marinheiros da corveta “Duque de Palmela”, que se encontrava ancorada na nossa Ria. Acredita-se que o primeiro jogo de futebol tenha ocorrido, no novo campo em 10 de junho de 1907. Naturalmente, e em consequência do crescente entusiasmo com a nova modalidade, o sonho de se formar uma verdadeira equipa de futebol foi crescendo na mente dos jovens envolvidos, tendo-se concretizado em 1 de abril de 1910, com a criação do Sporting Clube Farense, o primeiro clube de futebol do Algarve. Desde então, o clube tem mantido sucessivamente a sua prática desportiva, com registo de muitas vitórias em vários campeonatos nas mais diversas categorias, bem como em distintas modalidades desportivas.

Ao longo destes 114 anos, nem tudo foi “um mar de rosas” para o Farense, no entanto, o Clube soube sempre reerguer-se pela dedicação e empenho daqueles que, por paixão ao seu clube, tudo fizeram para manter vivo o legado de um clube que é o emblema do Algarve. Atualmente, o Sporting Clube Farense, é, indiscutivelmente, o maior embaixador desportivo do nosso concelho e da nossa região, contando com cerca de 1000 atletas. Destes, 300 praticam futebol, sendo que os restantes se distribuem pelo basquetebol, futsal, boxe olímpico e padel. Nestes 114 anos, o Farense tem contribuído para a formação de grandes atletas, bem como para o enriquecimento desportivo de gerações de jovens, que transportam e perpetuam a mística e os valores do clube ao longo da sua vida. Um contributo de valor inestimável para o prestígio e dignificação do desporto e do movimento associativo, em prol do nosso concelho, da região e do país.

O grupo municipal do Partido Socialista tem a honra e o orgulho de celebrar este aniversário com o Sporting Clube Farense, desejando os maiores sucessos e alegrias aos seus dirigentes, técnicos, trabalhadores, atletas, associados, adeptos e simpatizantes.

Assim, os eleitos do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Faro que, na sua sessão de 26 de abril de 2024, delibere:

1. Saudar publicamente a direção do Sporting Clube Farense, pela data assinalada;
2. Prestar um louvor de agradecimento a todos os que, direta e indiretamente, têm contribuído para o engrandecimento do Sporting Clube Farense;



Assembleia Municipal de Faro  
26/04/2024

Ata nº. 41

3. Enviar o presente voto ao Sporting Clube Farense.” Disse.»

*Não havendo intervenções passou-se à votação do referido Voto de Saudação, não estando presente na sala o membro do PSD Gameiro Alves.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

*Face ao resultado obtido na votação, o Voto de Saudação apresentado pelo Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade.*

*Passou-se então à:*

### **MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO**

#### **Criação do curso de “Arquitetura” pela Universidade do Algarve**

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Pois, em relação à criação do curso de arquitetura pela Universidade do Algarve, é um objetivo que visa regionalizar e em abono de uma autonomia do ensino público superior. E na sequência do ensino artístico que antigos deputados à Assembleia da República, há mais de 40 anos, fizeram quando da criação da Universidade em si, e estou-me a lembrar do Deputado Cristóvão Norte, que referia exatamente a criação do ensino artístico superior. Ora, a faculdade de arquitetura a criar, integrada na Universidade do Algarve, naturalmente cultivaria na nossa região e, através da investigação histórica da tradição arquitetónica e urbanística, uma autonomia própria relativamente aos outros polos universitários e das restantes regiões do país.

O objetivo é diversidade e pluralidade no ensino superior, mas também com a inovação, promoveria sobretudo a heterogeneidade estética, uma estética própria face à atual tendência moderna de homogeneização internacional e europeia. A criação e a tradição histórica e popular seriam um objetivo fundamental.

Por fim, falar que o património da era moderna seria beneficiado pela diferenciação da sua arquitetura com base no desenho, essa forma de



expressão, e pelos futuros alunos do Algarve e arquitetos do Algarve, cultivando mais o sentido artístico da profissão com arte e design numa fase em que se descobriu o fermento, em termos económicos, descobriu-se um fermento próprio, por os excedentes orçamentais, nada melhor do que implementar uma universidade completa. E penso que a arquitetura, eu sou suspeito, como sou arquiteto, mas estou já desvinculado, vou reformar-me, portanto, não há nenhum interesse nisso. E estamos a produzir sobretudo uma arquitetura de pães de forma perfeitamente formatados numa homogeneização plástica que está a surgir por todo o Algarve, seja o Algarve, ou seja, outro sítio internacional. E eu acho que uma universidade local e regional promove uma arquitetura própria, uma arquitetura que identifica o sítio. Não é uma arquitetura, que pode ser inovadora, mas pode ser também uma arquitetura ligada ao local.

Falar também da próxima Marina de Faro, seria essencialmente um sítio onde se podia plasmar uma arquitetura própria, uma arquitetura que se distinguísse, por exemplo, da arquitetura de Olhão. Porque Olhão tem uma característica própria e nós, se tivéssemos técnicos ligados ao meio local, seria mais integrado regionalmente falando.

Também falar no sentido de que a arquitetura é como se fosse um livro ou uma biblioteca. As cidades são bibliotecas de livros, é assim que eu entendo ao fim de 40 anos de profissão e os livros têm formas diferentes, têm a letra indiferente e não tem acordos ortográficos que homogeneizem as expressões plásticas dos edifícios. E o que é que eu gostaria de ver na, numa perspetiva futura, era que a inovação integrasse exatamente sem acordos ortográficos, portanto, cada expressão heterogénea dos sítios e das regiões dos países têm que ser perfeitamente caracterizados e identificáveis.

Muito obrigado.»

*Texto da Moção de Recomendação:*

“Criação do curso de "Arquitetura" pela Universidade do Algarve

O Algarve, região social, económica, e cultural, especifica mente integrada no todo do território nacional, do espaço ibérico, e da Europa, com décadas de reivindicações políticas educativas do passado recente na constituição de uma Universidade autónoma, alcançou esse objetivo fundamental. O debate político que então se desenrolou ao nível nacional na "Assembleia da



República" há cerca de meia década pelos nossos deputados eleitos pelo Algarve, contemplava paralelamente o importante ensino artístico. Para além do saber ministrado geralmente pela academia no desenvolvimento científico internacional, o desenho desse quadro fundamental de educação superior integrando o mundo da "Arte", está também o ensino público da "Arquitetura" civil ao nível académico, e que até hoje não se efetivou por incrível que pareça face à diversidade de muitos outros cursos entretanto criados pela "Universidade do Algarve".

Esta região do sudoeste da Europa, para além de deter um vasto património histórico, cultural, geográfico e, ambiental, integrando um conjunto de monumentos arquitetónicos e urbanísticos ímpares, contem ainda a sua paisagem litoral para barlavento, sotavento, e ainda todo o interior panorâmico do barroca! e serra. Verdadeiras "pérolas" naturais engastadas por múltiplas "joias" tipológicas arquitetura is por descòbrir, investigar, caracterizar, tipificar e, divulgar, e que fizeram despontar sobretudo arquitetos civis locais, para além de muitos artistas algarvios ainda ignorados, particularmente através de múltiplas obras, exemplos arquitetónicos ou artísticos com realce para;

Diogo Tavares e Ataíde (1711-1765), nascido em Faro, tendo sido muito provavelmente estudante-trabalhador na "Escola" de construção do Palácio de Mafra em Sintra. Contribui depois para a tese histórica e geográfica ainda por revelar do "Barroco algarvio" integrado no movimento "Iluminista regional", onde se destaca o desenho de fachada da Igreja do Carmo com a ereção do excelente conjunto das abóbadas do seu nártex, os desenhos escultóricos de platibandás e murais da "Florta das Figuras" ou da "Torre de S. Francisco" com simboígia marcante acerca dos "Descobrimentos" portugueses e localizados nas principais entradas da capita! do Algarve do séc. XVIII.

Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962), nascido em "Estoy" segundo escreveu o colega e pintor Lyster Franco outro grande artista e fundador da "Escola de Desenho Pedro Nunes", primeiro criador do ensino artístico clássico- moderno em Faro. Norte Júnior foi também criador do mais eclético estilo da "belle epoque" e, também o precursor da "art deco" por Faro no início do século XX, revelado nas "pérolas" como o "Palácio Fialho" ou os palacetes "Guerreirinho" e "Belmarço", para além de muitas outras obras de construção civil disseminadas pelo país.



Manuel Gomes da Costa (1921-2016), nascido em Vila Real de St<sup>o</sup> António, formado na "Escola de Belas Artes do Porto", tendo sido um dos mais influentes arquitetos do "Modernismo algarvio" e, tese em elaboração por vários estudiosos. A Igreja de S. Luzia e, o colégio de S. António do Alto, serão os melhores exemplos para além dos cerca de quatrocentos projetos de arquitetura civil espalhados pelo Algarve.

Conhecendo a importância da "Universidade do Algarve" na formação de personalidades ligadas ao curso do "Património" e hoje notáveis investigadores, "frutos" da pesquisa complementar no âmbito dessa mesma formação, para além do marcante curso de "Arquitetura paisagista", englobados todos pelo departamento de artes e humanidades da faculdade de ciências humanas e sociais da UAlg.

Sintetizando o dissertado;

-No contexto exclusivo duma "Arquitetura" popular e erudita, regional e tradicional, como um todo integrado na cadeira de "Urbanismo" e, inseridos no espaço geológico entre litoral, barlavento, sotavento, e a serra, com destaque para as características geográficas monumentais e históricas, incluindo todo o conjunto patrimonial de cidades, vilas, e aldeias, com múltiplas fortificações militares, conjuntos amuralhados, castelos, palácios, casas senhoriais, moradias típicas, igrejas, capelas, etc. ...

-Integrando-se ao nível histórico inter-regional diretamente com o Alentejo sul (Mértola, Beja) e, também com a região vizinha da Andaluzia, ou ainda internacionalmente com o norte de África (Marrocos), donde sofre influências tipológicas e estilísticas relevantes tal como foi o relevante estilo "Mudéjar" ainda por investigar, manifestações artísticas únicas dentro do panorama geográfico do mediterrânico. E, muito para além do âmbito ibérico e nacional, historicamente com a "Arquitetura Romana" e sua matriz arquitetónica mas, por fim, com toda a Europa mediterrânica até ao médio Oriente, Ásia menor (Bizâncio) e da qual fez parte integrante no excelente período artístico da época bizantina.

-Sabendo da importância das principais "Faculdades" nas regiões de Lisboa e do Porto, geradoras de conhecimentos para a construção técnica moderna científica, para além de outras "Escolas" mais tradicionais e, do ensino da "Arquitetura" do resto das regiões do país.



-Conscientes do desejo de muitos alunos algarvios de quererem permanecer na sua região para aí iniciarem, desenvolverem, inventariarem e completarem a sua autonomia cultural de caráter regional, e em prol de uma estilística tipológica "própria" mas, integradora da "inovação" através do ensino público superior da "Arquitetura" civil. E ainda, cientes de que no atual contexto apenas é favorecido o domínio da centralidade e de dois pólos de ensino da Arquitetura nacional (Lisboa e Porto) ou apenas e tão só a criação internacional (Europa).

-Sabendo da atual situação geradora de inconvenientes pelo distanciamento dos alunos do Algarve com toda a penalização económica pela separação familiar e domiciliária, com todos os custos insustentáveis pelas deslocações para as regiões centralizadoras mais caras e, por um período que dura pelo menos 5 anos. E particularmente, sendo conhecedor do facto da desistência de alguns jovens pretendentes e, de que os mesmos estudantes poderiam permanecer nos seus locais habituais de habitação familiar com mais economia, e podendo contribuir para a melhoria do atual défice global do alojamento estudantil.

Concluimos que;

Em face do êxito dos cursos congéneres de "**Design**", do "**Património**", da "**Arquitetura paisagista**", integrados na Faculdade de ciências humanas e sociais da UAlg, e como complemento à formação criativa na área do "desenho" e das "artes", vem desta feita o signatário apelar aos membros desta "Assembleia Municipal" e da capital do Algarve, para a emergência da criação de um curso de "**Arquitetura**". Interligando pelo menos três ramos artísticos deste saber fundamental, que se complementam nas valências referidas dos cursos já instituídos e atrás mencionados, criados com sucesso há décadas pela Universidade de Algarve, e assim ver fechar outro ciclo artístico de valorização académica junto com a "inovação" inserida na tradição própria regional pela futura "Faculdade de Arquitetura".

Por fim, alertar para o dever de iniciar-se desde já o debate resultante do sufrágio das legislativas de 10 de março e, com os nossos deputados na Assembleia ao nível nacional, a quem daríamos conhecimento desta proposta. Simultaneamente, dar conhecimento a todos os membros e de todas as Assembleias Municipais da Região.

Paralelamente, comunicar-se à Universidade do Algarve, e ainda a todas as



outras entidades que se julgar serem diretamente envolvidas, e, no caso de aprovação desta proposta pelos membros da "Assembleia Municipal de Faro".

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente, em exercício.

Não poderia deixar de intervir sobre este ponto para corrigir alguns equívocos importantes, e o Cantinho que me desculpe, sendo que a Universidade do Algarve tem sido a minha casa ao longo dos últimos 25 anos.

O curso de primeiro ciclo em Design, agora denominado Design de Comunicação, pertence à Escola Superior de Educação e Comunicação, enquanto que o curso de Arquitetura Paisagista está integrado na Faculdade de Ciências e Tecnologia, e não na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, onde, de facto, se encontra o curso de Património Cultural e Arqueologia.

Tendo conhecimento profundo desta instituição, e corrijam-me se estiver enganada, não compete a esta Assembleia decidir ou sugerir a criação de um curso ou de uma faculdade. A Universidade, a Reitoria, o Conselho Geral desta instituição e os diretores das diversas faculdades, departamentos e escolas superiores são os responsáveis por decidir quais cursos são criados, seguindo uma estratégia de sustentabilidade e inovação.

Para estabelecer, só para terem uma ideia, um novo curso e uma nova faculdade necessitam de infraestruturas adequadas, que não as temos, um corpo docente qualificado e desenvolvimento de atividades de investigação e extensão. Não é a existência de um único curso que justifica a criação de uma faculdade, como foi ditto. Seria necessário desenvolver um amplo conjunto de cursos ao nível da licenciatura, mestrado e doutoramento. Obrigada.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – «Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente em exercício e os caros vereadores, meus colegas e caríssimo público.

Eu gostaria de dizer que, no plano das ideias, seria bastante interessante termos o curso de arquitetura no Algarve e, aliás, apesar de ser, diria um sonho, sonho no sentido de não ter limites no ponto de vista financeiro, sustentabilidade, a verdade é que, se existisse o curso de arquitetura, pondo esta hipótese, nós teríamos melhores técnicos, maior coesão territorial se assim o podemos dizer, porque no fundo é só Lisboa e Porto, Évora também



tem um curso, mas de facto não há uma grande diversidade de locais que tenham este curso em condições, são poucos locais em Portugal. E basicamente acaba por concentrar a população, os arquitetos estão concentrados. Não sei se vocês têm conhecimento de que os arquitetos estão mal distribuídos, temos um excesso, diria até uma grande concentração de arquitetos em Lisboa e Porto, essencialmente, e depois em todo o resto do país, praticamente, temos muito poucos arquitetos para a população e no Algarve também.

Apesar de tudo, ainda há cerca de oitocentos arquitetos no Algarve, mas para a dinâmica que nós temos, na verdade, até precisaríamos de mais e eu posso falar por experiência própria. Tenho feito imensos concursos com estágios profissionais, e anúncios de não me aparecem pessoas a quer vir para para o Algarve, normalmente ficam sempre em Lisboa. Há pouca gente querendo vir por questões de habitação, é a mesma coisa que os professores, basicamente, nós não temos capacidade de atrair e fixar técnicos de nível superior. Portanto, vamos votar a favor, porque eu acho que no plano das ideias, esquecendo as questões práticas, seria bastante interessante ter aqui o curso de arquitetura. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «Boa noite, Sr. Presidente em exercício, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Consigno perceber qual foi a intenção do meu colega, apesar de a Câmara Municipal não ter essa função de instaurar ou tentar instaurar um novo curso na nossa universidade. A intenção é claramente de pedir à Câmara que faça uma pressão sobre a Universidade, a mostrar a intenção de que gostaríamos de ter um curso de arquitetura em Faro e ser a nossa Universidade mais completa do que já é. Portanto, nesse sentido, sonhar ainda faz parte do homem, e apesar de a nossa colega ter feito uma demonstração técnica e fria sobre este assunto, o MPT vai votar favoravelmente a moção. Obrigado.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu junto-me aqui um pouco àquilo que já foi dito. Eu considero a ideia e a moção em si de louvar. Não vamos acompanhar porque não queremos interferir na autonomia de gestão da própria universidade a quem compete esta gestão. Mas eu acho muito bem que nós estejamos a discutir esta moção



aqui, sou sincero, acho que é uma ideia de pensamento, digamos assim, que deve ser desenvolvido e que devemos pensar sobre ela. E eu acho que a arquitetura no Algarve tem exemplos históricos muito interessantes, mas também tem exemplos modernos muito interessantes. Existem grandes arquitetos aqui a residir e a trabalhar na nossa região, que não só desenvolvem projetos na própria região, mas também os exportam para fora e para vários cantos do mundo e que são altamente reconhecidos. Ou seja, existe aqui a capacidade humana e conhecimento, que seria de facto interessante desenvolver e o Algarve teria a beneficiar imenso com esta ideia. Por isso, desde já, nós não vamos acompanhar, mas eu faço votos de que a moção, pelo menos, seja ouvida fora destas paredes. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tiago Botelho (PSD)** – «Sr. Presidente, muito obrigado.

Queria saudar esta moção, é oportuna. Penso que a criação do curso de arquitetura no Algarve trará técnicos qualificados para a nossa região e gostava de apenas lembrar o seguinte: eu próprio fui membro da Assembleia de Representantes na Universidade, membro do Senado, membro do Conselho Geral da Universidade, ajudei a criar cursos, mas não é isso que está aqui em causa, como é evidente.

Lembre-mo a feliz coincidência, por exemplo, do nosso Presidente desta Assembleia Municipal, que por acaso hoje aqui não está, que foi o autor de um abaixo-assinado que recolheu dez mil assinaturas, para instituir a criação do curso de medicina na Universidade do Algarve e ela hoje existe. Portanto, é nosso dever sim, enquanto políticos, dizer aquilo que queremos para a nossa região, independentemente dos formalismos maiores ou menores que tenham que ser respeitados e cumpridos, dos procedimentos, essa é a parte dos outros, a parte de nós, políticos, é dizer onde é que queremos chegar e qual é o nosso sonho.

Sim, um curso de arquitetura no Algarve faz falta e é com todo o gosto que iremos votar a favor. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício.

Não poderia deixar de dizer que, embora esta moção seja de louvar, não sou contra o curso de arquitetura, foi uma das minhas opções quando me



candidatei à universidade, mas, fazendo parte da universidade e dos órgãos de gestão, irei-me abster.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para realçar que a proposta serve sobretudo para enriquecer a autonomia da universidade. Portanto, seria muito mais abrangente na Ciência, para além da Ciência há as Humanidades e era aí que eu punha tudo isto, porque não há propriamente ainda um departamento artístico, isso nem nas outras universidades existe, a não ser a Escola de Belas Artes, que é de pintura e escultura. Mas a intenção é no sentido de pensar também nos alunos que se têm de deslocar para Lisboa, Porto, Beja ou para Évora, com todos os custos inerentes a essa deslocação, quer na alimentação, quer no alojamento. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

A bancada do Partido Socialista vai acompanhar a posição aqui apresentada de forma recorrente pelo Bloco de Esquerda, reiterando, contudo, que também concordamos que qualquer curso que queira ser criado pela Universidade do Algarve e que evidentemente tenha saída, será enriquecer a nossa sociedade algarvia. Até porque é importante que se diga que temos muita falta de pessoas, não só na área da arquitetura, mas em muitas outras, temos muita falta de especialistas. É uma das coisas que mais se sente quando falamos com empresas que exigem um determinado nível de especialização. E o Algarve não consegue captar, pelo que consideramos evidentemente absolutamente necessário. Mas entendemos que esta é uma gestão que deve ser feita pela própria Universidade do Algarve. Não obstante, entendemos a proposta como meritória, não vamos de forma alguma acompanhar a proposta no sentido de entendermos ser uma ingerência sobre uma outra entidade pública sobre a qual não devemos, não podemos fazer, disse.

Muito obrigada Sr. Presidente.»

**O membro da AM, Paulo Baptista (Independente)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apesar das dificuldades que possam surgir de colocar esta ideia em prática e de perceber o ponto de vista dos membros Célia do Bloco de Esquerda, também a Teresa e agora a Tatiana e a visão da Iniciativa Liberal,



nomeadamente naquilo que se refere às competências que não temos para decidir coisas que não são deste âmbito, é verdade, mas enquanto uma carta de intenções, acho que traria vários aspetos positivos e acho que esta recomendação vai principalmente nesse sentido. Até porque o conhecimento mais profundo da arquitetura local e o desenvolvimento de quadros e projetos mais adaptados à história e à cultura da nossa região, poderiam refletir-se em edifícios e desenhos mais coerentes com aquilo que é o Algarve e que fazem mais sentido, realçando e valorizando o que temos de único que por vezes é um pouco esquecido, indo atrás das modas que são um pouco iguais em todo o lado. E nós vemos isso acontecer, por exemplo, em Santa Bárbara de Nexe, onde temos construções tradicionais muito interessantes e que são substituídas por outros desenhos, não querendo tirar valor de maneira nenhuma a quem os faz, mas que estão muitas vezes desenquadrados. Acho que deveríamos tentar valorizar, mesmo que não seja possível colocar em prática esta moção, para mim faz-me sentido que deixemos a nossa nota e qual é a nossa posição relativamente a este assunto e vou votar a favor.»

*Não havendo intervenções passou-se à votação da Moção, não estando presente na sala o membro do PSD Gameiro Alves.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 12 (10PS; 01IL; 01BE)

Votos a favor – 18 (9+1\*PSD;01CDS;01CH;01MPT;01PPM;03CDU;01IND) \*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

*Face ao resultado obtido na votação, a Moção apresentada pelo PPM, foi aprovado por Maioria.*

*Seguidamente passou-se ao Voto de Saudação apresentado pelo Partido Socialista.*

### **Voto de Saudação**

**Ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio**

**O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.**

**«Voto de saudação ao 25 de Abril e ao primeiro de maio.**



Há 50 anos, na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, aquele “dia inicial inteiro e limpo” como dizia Sophia, Portugal saía de uns tenebrosos 48 anos de ditadura e juntava-se à lista das democracias europeias graças a uma revolução empreendida por corajosos jovens das forças armadas.

O Movimento das Forças Armadas, liderado pelos Capitães de Abril, acabou com uma ditadura asfíxiante que durante quase 5 décadas determinou o isolamento e o atraso do país, sonogando a liberdade e o pluralismo e impondo a violência de uma guerra colonial em África. Com o poder nas mãos do povo, iniciou-se um período de paz e de progresso social, de consagração das liberdades e de luta pela igualdade, especialmente no âmbito da condição feminina, onde as maiores transformações sociais ocorreram. Ao nível externo, o país reaproximou-se da comunidade internacional e do espaço europeu.

A democracia, a justiça social, a igualdade de género, o serviço nacional de saúde para todos, a escola democrática e pública, o sistema de segurança social, o poder autárquico, as melhorias das condições de trabalho e legislação laboral e a liberdade sindical, permitiram dar respostas sociais aos graves problemas com que o país se debatia. Celebrar e soltar o 25 de Abril e o 1.º de Maio, as suas bandeiras e compromissos, é reconhecer que o “caminho faz-se caminhando” a cada minuto, a cada dia, a cada geração, respondendo às novas exigências e aos novos desafios; que a Democracia se constrói e reconstrói continuamente e que é necessário aprofundar os mecanismos de participação dos cidadãos na “coisa pública”, especialmente dos nascidos após 1974, grande parte alheados da participação política. Assim, os eleitos do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Faro que, na sua sessão de 26 de abril de 2024, delibere:

1. Prestar um louvor de agradecimento ao Movimento das Forças Armadas, os Capitães de Abril, pelo golpe de Estado contra o regime ditatorial em 25 de Abril de 1974;
2. Saudar os Homens e Mulheres que ao longo dos 48 anos da ditadura do Estado Novo, ousaram lutar pela Democracia, pela Liberdade e pela Paz;
3. Saudar o dia 1.º de Maio, dia dos Trabalhadores, prestando homenagem a todas e todos os que com o seu trabalho e o seu esforço, contribuem para um Portugal mais justo e solidário, defendendo a justiça salarial e social.”



Disse.»

*Não havendo intervenções passou-se à votação do Voto de Saudação, não estando presente na sala o membro do PSD, Gameiro Alves e o membro do CHEGA, Ana Maria Baptista André.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29

*\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.*

*Face ao resultado obtido na votação, o Voto de Saudação apresentado pelo Partido Socialista, foi aprovado por Unanimidade.*

*Seguidamente passou-se à Moção apresentado pelo membro Independente, Paulo Baptista.*

### MOÇÃO

#### **Iniciativa de Recolha Alimentar Solidária para Animais de Faro**

**O membro da AM, Paulo Baptista (Independente) – « “MOÇÃO**

#### Iniciativa de Recolha Alimentar Solidária para Animais de Faro

A sensação física pela qual o corpo reconhece a necessidade de alimento para sustentar as suas funções vitais chamamos de fome. Sem alimento, qualquer organismo morre.

Esta recomendação pretende colaborar na resposta ao problema da fome de animais errantes e de animais que pertencem a pessoas com graves dificuldades económicas em Faro.

Sabemos empiricamente e também está provado cientificamente, que os animais sentem.

Sentem dor, frio, calor, fome! É um facto amplamente reconhecido por exemplo na Declaração de Cambridge sobre a Consciência, onde um grupo de cientistas chegou à conclusão e partilhou com o mundo essa conclusão e afirmou sem qualquer dúvida, que os “os humanos não são os únicos a possuir substratos neurológicos que geram a consciência. Os animais não



*humanos, incluindo todos os mamíferos e aves, e muitas outras criaturas, incluindo os polvos, também possuem esses substratos neurológicos*". Perante o conhecimento que temos, devemos dar consideração moral aos animais e temos feito esse caminho até em termos legislativos. Não importa tanto se os animais são mais ou menos inteligentes ou comparáveis com os humanos, importa, sim, se eles têm a capacidade de experimentar dor, sofrimento e alegria.

Em 2022, houve cerca de 42 mil animais recolhidos em Portugal, segundo os dados do ICNF, números que tendem a aumentar também dado o elevado número de pedidos de recolha de animais. Sabemos que muitos abandonos decorrem da incapacidade financeira dos tutores de dar resposta às suas necessidades mais básicas. Entre o aumento brutal das rendas da habitação, da alimentação, da energia e da generalidade dos produtos, a alimentação dos animais também aumentou.

Muitas famílias consideram, e bem, o seu animal de companhia também como membro da família, e para outras pessoas, os animais são também o seu suporte motivacional. Para estas, é extremamente doloroso não ter o que dar para comer aos seus animais e muitas vezes abdicam do seu próprio alimento, bem-estar e saúde para que o "seu" amigo não passe fome.

Acrescente-se que para além de animais com tutores em dificuldades económicas existe um enorme aumento de abandonos de animais na via pública, sendo que estes são alimentados pelas cuidadoras e cuidadores de animais de rua, que generosamente e de forma empática, fazem os possíveis por tornar a vida destes menos difícil, proporcionando diariamente acesso à alimentação e cuidados médico-veterinários.

Estas pessoas têm tido imensas dificuldades, o orçamento disponível para os alimentar diminuiu derivado à conjuntura que se vive, e elas próprias estão também agora numa situação mais desfavorável. Em vários casos e é bom lembrar isso, são pessoas com alguma idade que sobrevivem das suas pequenas reformas. Ainda há pouco falou-se sobre o nível de reformas que essas pessoas têm e estão também elas muitas vezes afastadas da socialização. Vivem sós e a sua motivação de vida muitas vezes são os animais que ajudam todos os dias, faça chuva ou faça sol e que, apesar da solidão, sentem-se ainda úteis e importantes para alguém, mesmo que esse alguém seja um animal de quatro patas. Este ano, o município de Faro



anunciou e aprovou o maior orçamento de sempre e há uma Portaria, n.º 146/2017, de 26 de abril, que regulamenta a Lei 27/2016 e que delega aos municípios a responsabilidade para com estes animais. Por isso, proponho que a Assembleia Municipal de Faro, na reunião de hoje, delibere aprovar a moção para a criação de uma espécie de um Banco Alimentar Animal, um pouco à semelhança do que já acontece a nível nacional, com o Banco Solidário Animal de regularidade trimestral, para que o município, em pelo menos quatro alturas do ano, possa compartilhar este fardo, e desta modo, a sugestão é que o município dê exemplo com a compra trimestral de uma tonelada de bens alimentares para animais, devo dizer que isto, em termos orçamentais, estamos a falar de 2 ou 3 mil euros por trimestre.

Que impulse também a participação dos seus trabalhadores, colaboradores das juntas de freguesia e das empresas municipais para participar neste Banco Alimentar, que envolva também aquilo que são as empresas privadas do município nesta Iniciativa de Recolha Alimentar Solidária.

E, por fim, e mais importante, que os bens recolhidos sejam distribuídos pelas pessoas carenciadas, sinalizadas pelos serviços sociais do município, pelas juntas de freguesia e pelas cuidadoras inscritas no Concelho de Faro.”

É uma proposta que se destina mais diretamente às cuidadoras. O meu tempo está a terminar, gostava de dar só uma nota pessoal e já terminei a recomendação. Eu nunca partilhei, apesar de já estar cá há seis ou sete anos, mas tomo conta também de animais e tenho cerca de quinze gatos que alimento diariamente. Este é um custo de sensivelmente, só para alimentação, 100 euros por mês. As cuidadoras reformadas que recebem 300 ou 400 euros, que têm a seu cargo 50, 60, 70 animais. Isto é uma pequena ajuda que a Câmara e o município poderão dar a estas pessoas. Obrigado.»

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «O Bloco de Esquerda compreende a importância desta moção, no entanto, não pode esquecer a segurança alimentar em Portugal. Dados recentes revelam que 10% dos portugueses tiveram dificuldades em fornecer alimentos suficientes para toda a família.

Além disso, cerca de 3% das famílias vivem em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, o que significa que alteram os seus hábitos alimentares e reduzem o consumo de alimentos.



Compreendo que é importante sermos solidários para com a causa animal, mas não podemos esquecer as famílias do nosso município, que precisam também de bens alimentares. Obrigada.»

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe** – «Muito, muito obrigado, Sr. Presidente.

Concordando com a visão, a operacionalização carece de mais algumas medidas. Isto deveria ser enquadrado pelos técnicos da Câmara Municipal e muitos destes deveriam ser acompanhados, porque uma medida assim, sem um acompanhamento adequado, o que vai dar é a proliferação de mais animais em situações precárias.

Por exemplo, uma situação destas em que se chegasse às pessoas e os animais fossem esterelizados, era uma situação ideal. Porque numa situação sem este acompanhamento vai aliviar a fome dos animais, mas vai potenciar o aparecimento de mais animais em situações precárias, conhecendo eu a realidade de muitas dessas situações. E por outro lado, também e que foi dito agora, ir dar comida a um animal quando o próprio dono passa fome, é uma situação que nos devia fazer refletir. Mas volto a dizer, a visão é boa e devemos trabalhar no sentido de a concretizar. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito obrigado, Sr Presidente.

Eu junto as minhas palavras àquilo que já foi referido aqui. Eu creio que todos nós gostamos de animais, acho que faz parte da sociedade de hoje que todos tenham respeito, carinho e que reconheçam a importância do animal, aliás, a moção é ótima, nem esperava outra por parte do membro Paulo Baptista.

Mas eu também tenho as dúvidas que já foram aqui referidas por parte dos anteriores oradores. A questão que eu coloco é qual é a infraestrutura que já existe? Ou seja, já existem associações que certamente fazem o seu acompanhamento, que conhecem as necessidades. Existe, de facto, uma carência e qual é essa carência? A questão é mais por aí. Nós aqui, por exemplo, chegamos a uma compra trimestral de 1 tonelada de bens alimentares para animais por parte do município, aqui a questão não é o valor, obviamente aqui a questão é que estamos a falar de uma quantidade, digamos assim, isto corresponde à real necessidade ou não? Tenho aqui sérias dúvidas.



Eu acho que a ideia é muito boa, deve ser pensada, deve ser ouvida, o município provavelmente deve-se debruçar sobre a ideia, se está no ponto em que nós deveríamos aprovar neste momento e tenho sérias dúvidas acerca disso. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «O MPT vai acompanhar esta moção, no sentido que devemos estar sempre ao lado dos animais, nunca esquecendo das pessoas, apesar de achar que neste caso estamos a falar de coisas distintas.

O apoio às pessoas é fundamental, o apoio às pessoas, na maioria dos casos e infelizmente não em todos, está assegurado por várias instituições e recolhas de bens alimentares e temos na nossa cidade alguns exemplos disso.

A recolha de alimento para os animais, apesar de termos algumas associações na nossa cidade também que deviam ter essa função, de fazer recolha de bens alimentares para os animais e depois distribuí-los pelos cuidadores, não vou dizer que não é feito, mas se calhar é feito de uma forma deficiente, porque há muitos cuidadores que não recebem alimentos e, como Paulo disse e bem, utilizam o seu próprio dinheiro para comprar os ditos alimentos. Estamos a falar essencialmente de gatos, porque há muito poucos cães errantes e os que há são apanhados e levados para o canil, sendo privados da sua liberdade, o que é, na minha forma de pensar, um ato de racismo para com os cães, porque os gatos ficam livres de andar na rua a fazer os seus dejetos e os cães são apanhados e levados para o canil e depois são adotados ou não e alguns têm um fim que não mereciam. Mas pronto, vamos acompanhar a moção do Paulo. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Paulo Baptista (Independente)** – «Só tentar dar resposta a algumas preocupações que foram levantadas e bem, sobre a questão das pessoas passarem fome, são coisas diferentes e é óbvio que há pessoas que passam fome, é óbvio que essas pessoas precisam de apoio, também é claro que muitas dessas pessoas têm animais e custa-lhes não alimentar os animais, mas não podemos estar a deixar de fazer determinadas políticas para fazer outras. Não estamos aqui a lutar entre quem é que é melhor, se são as pessoas se são os animais.

Sobre a proliferação de mais animais em situações precárias, eu compreendo, aqui não está nenhuma menção a esterilizações, mas elas estão a ser feitas e



Assembleia Municipal de Faro  
26/04/2024

Ata nº. 41

em outras alturas fiz sempre essas recomendações. A Câmara, sei que através do Centro de Recolha Oficial, já tem uma lista bastante grande mesmo com colónias para esterilizar e há um regulamento de cuidadores de animais que também enquadra isso. Muito obrigado.»

*Não havendo intervenções passou-se à votação da referida Moção, não estando presente na sala o membro do PSD Gameiro Alves.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 10 (01CH; 01IL; 01PPM; 03PS; 03CDU; 01BE)

Votos a favor – 20 (9+1PSD; 01CDS; 01MPT; 07PS; 01IND)

*\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.*

*Face ao resultado obtido na votação, a Moção apresentada pelo membro Independente Paulo Baptista, foi aprovada por Maioria.*

*Seguidamente passou-se à Moção apresentado pelo Partido Socialista.*

### MOÇÃO

**PS Faro pede Urgência na Desagregação da União de freguesias da Conceição-Estói.**

**O membro da AM, Júlio Guerra (PS) – «“MOÇÃO - PS Faro pede Urgência na Desagregação da União de freguesias da Conceição-Estói.**

O PSD/CDS, à revelia da vontade das populações residentes, utilizando a régua e o esquadro, sem respeitar as especificidades socioculturais, económicas e mesmo históricas das comunidades, agregou as freguesias de Estói e Conceição, cujas origens até são seculares e com características bem distintas entre si.

As freguesias de Estói e Conceição nunca aceitaram a União destas Freguesias impostas pelo PSD/CDS.

O então Governo do Partido Socialista, criou a possibilidade de as freguesias agregadas poderem ser novamente autonomizadas, estabelecendo-se aquilo que foi sempre a vontade dos seus fregueses.



A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Conceição/Estoi, desenvolveu e concluiu todo o processo para a desagregação prevista na Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, encontrando-se desde o verão passado, pronto para a votação no Parlamento, que foi interrompida devido à dissolução do Parlamento.

Com a tomada de posse do novo governo da AD, e investidura do novo Parlamento, importa agora não deixar este processo ficar esquecido no tempo, pois até porque foram criadas expectativas das populações que agora importa resolver.

Por isso, e sobretudo, pela importância e relevância que este assunto tem para as duas freguesias e para os seus fregueses, bem como para a consolidação do poder local, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro, apelam que o governo da AD e a Assembleia da República retomem o processo de desagregação das freguesias de Conceição e Estoi, procedendo à sua votação e consequente aprovação com urgência.”

Tenho dito.»

**O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S.Pedro** – «Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

A bancada do PSD vai acompanhar esta moção, mas tem de deixar aqui alguns reparos. E pedia sobretudo ao membro que apresentou a moção e ao Partido Socialista, um bocadinho mais de honestidade política e também intelectual e a razão é muito simples. Na sua moção estão-se a referir constantemente ao PSD, CDS, PSD, CDS, quando sabem perfeitamente que o PSD local e o CDS local, sempre foram contra esta agregação e vocês sabem isso perfeitamente. Inclusivamente na votação da desagregação, onde eu estava presente e até tive a possibilidade de fazer uma intervenção a defender a desagregação, e só aconteceu porque a bancada do PSD votaram favoravelmente essa desagregação na Assembleia de Freguesia e votaram favoravelmente essa desagregação aqui na Assembleia Municipal, que até decorreu em Estoi, mas isso vocês não disseram e deviam ter dito nesta moção.

Porque esta moção é pertinente, é ir de encontro à vontade da população, portanto, também nós esperamos que este problema seja resolvido até ao final do ano, mas não é com estes textos que se consegue a união. E estão aqui a



dizer que desde o verão passado que está pronto, não está! Porque este processo foi colocado e voltou para trás. E a bancada do PSD ,na altura, teve a possibilidade de dizer que o processo estava mal instruído, alertou, não quiseram saber, enviaram essa documentação e veio para trás e agora, creio eu, que está resolvido, mas deviam ter dito isso e não disseram.

E também deviam ter dito mais uma coisa e eu tenho aqui, que é uma moção do PSD, que diz o seguinte: que seja oficialmente desencadeado o processo de desagregação da atual União das Freguesias da Conceição e Estoi, com a criação de duas freguesias. E mais, que pede que num prazo máximo de 30 dias seja criado um grupo de trabalho constituído por um membro de cada partido com assento nesta Assembleia, quer na Assembleia de Freguesia de Conceição e Estoi, do PS, do PSD, da CDU e do Chega e um membro do executivo da Junta para juntos elaborarem, conforme previsto, o n.º 2 do artigo 10.º da Lei 39/2021, de 24 de junho.

Portanto, foi o PSD, em 28/04/2022, que apresentou uma moção em que propõe que haja a desagregação das freguesias. E agora vem o PS dizer isto e pede urgência, mas com certeza deve pedir urgência e nós também, mas era isto que vocês também deviam dizer.

Portanto, o que interessa às populações neste momento é a desagregação. Portanto, nós estamos solidários com isso. Agora o que eu pedia era um pouco mais de honestidade intelectual e política. E vocês não venham com essas conversas do PSD, CDS, PSD, CDS, que eu até inicialmente pensava que pudesse ser uma falha da vossa moção, mas não é, porque no terceiro parágrafo falam do Governo do Partido Socialista. Portanto, deviam ter falado, era do Governo, do Governo PSD, CDS aí posso admitir isso, um governo que foi suportado pelo PSD e pelo CDS, isso sim. Mas depois também recordo que isto foi algo que veio da Troika, e não foi o PSD que assinou as papeladas da Troika, como vocês sabem perfeitamente. Tenho dito.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Nada do que foi dito pelo Bruno Lage corresponde à verdade! Eu tenho aqui a minha moção que sustentava a desagregação da freguesia, sabe de quando? Foi em Estoi, no dia 28 de setembro de 2018! Em 2018, nós apresentamos uma moção e sustentávamos as razões, que não havia razão para uma



agregação das duas freguesias. Essa foi de 2021 e esta que está aqui é de 2018, que foi apresentada na Assembleia Municipal descentralizada de Estoi.

É preciso recordar que a freguesia de Estoi é de 1836, é do século XIX, foi quando ela foi institucionalizada. A freguesia de Estoi é uma das mais antigas do país, está a perceber? Isto que fique ciente.

Quem foi que agregou a freguesia de Estoi? Foi o Partido Socialista ou foi o PSD, ou foi o Miguel Relvas que cegamente agregou ao nível nacional uma série de freguesias? Foi o PS? Não! Foi o PSD, pela mão do Miguel Relvas. Isto não podem dizer que não é verdade, isto é verdade! Foi pela mão do Miguel Relvas que houve a unificação ao nível nacional de mais de duzentas freguesias, está a perceber?

O que está aqui em causa é que este é um processo que decorreu normalmente, esteve na Assembleia da República em relação à freguesia de Estoi, estava consumado. O único problema é que há outras freguesias também que se acham no direito de serem desagregadas e é preciso, de facto, que quando se fizer para uma tem que se fazer para todas. Foi isso que sustentaram na altura os partidos todos, vamos para uma, vamos para todas, que são a nível nacional que havia as duzentas e tal freguesias que tinham sido agregadas.

Agora o que se está aqui a pedir nesta moção, é apenas como o processo já está na Assembleia da República e o PSD tem todas as condições para trabalhar na desagregação da freguesia de Estoi. É isso que está em causa! Portanto não vamos agora aqui arranjar factos que não existem.

Agora se vocês concordam com a desagregação da freguesia, só têm que apoiar a moção que é para reforçar a ideia que ela tem que ser mesmo desagregada. Isto é uma necessidade, é um serviço que a gente presta a uma freguesia que tem tudo. São duas freguesias, mas nada tem a ver uma coisa com a outra. Portanto, há aqui uma questão de princípio que é de facto, a importância que a freguesia de Estoi tem no âmbito da região.

Eu podia evocar aqui todo o historial quando eu apresentei a moção de acordo com a história da freguesia de Estoi. Olhe, sabe que foi a primeira Junta de Freguesia que teve um Mercado Municipal a nível nacional? Se não sabiam ficam a saber. Tenho dito, Sr. Presidente, obrigado.»



**O membro da AM, Paulo Botelho (PSD)** – «Muito boa noite, Exm.º Presidente em exercício da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento a restante Mesa, Exm.º Presidente da Câmara Municipal de Faro, na sua pessoa, cumprimento a restante vereação, eleitos e eleitas dessa casa, digníssimo público que nos acompanha aqui e lá em casa.

Conforme referido pelo meu companheiro de bancada e Presidente da União de Freguesias de Faro, Bruno Lage, de facto, a bancada do PSD na Assembleia de Freguesia de Conceição e Estoi, liderada pela nossa companheira, Patrícia Cadete, apresentaram uma moção que o meu colega referiu, com o intuito de dar início ao procedimento de reversão do processo de agregação das freguesias de Conceição/Estoi.

Para memória futura e para que não exista uma revisão de factos, a reforma territorial, administrativa que levou à agregação das freguesias de Conceição e Estoi, executado por um governo liderado pelo PSD, na sequência de um compromisso assumido e assinado pelo governo do Partido Socialista, liderado pelo engenheiro e filósofo José Sócrates, no memorando da Troika, assinado dia 17 de maio de 2011, para que a data fique bem assente.

Digamos que no ponto 40 do memorando da Troika, na administração central, regional e local, assinado pelo Partido Socialista, fala-se de eficiência da administração local e racionalização do uso de recursos, o Governo submeterá ao Parlamento o projeto desta reforma, que cada município tenha de apresentar um plano de reduzir as suas posições diretivas e unidades administrativas, pelo menos em 15%. Isto é o que vem no memorando da Troika, assinado pelo Partido Socialista.

O PSD sempre entendeu que uma reforma deste género teria sempre aspetos positivos, de ganhos de escala e de garantia dos serviços públicos, que podiam ser potenciados por uma gestão autárquica competente e dedicada, mas a mesma também comportaria ameaças e riscos de ineficiência. O PSD sempre defendeu uma avaliação posterior e contínua desta reforma das agregações que a elas foram geradas.

À Comissão Administrativa Pública de Ordenamento do Território e Poder Local na Assembleia da República chegaram cerca de cento e oitenta e dois pedidos de desagregação de freguesias, correspondendo a cerca de 20,5% do universo das oitocentas e oitenta e quatro freguesias agregadas no país que resultam da apelidada Lei Relvas, aprovada em 2013. Apesar dos erros e das



omissões de todo o processo, a avaliação destes números reflete o resultado positivo por estas agregações das freguesias em causa, quer pelas populações, quer pelos executivos.

A vontade generalizada das populações de Conceição e Estoi vai na direção da reversão da agregação, que o PSD acompanha, resultado de um processo de reflexão e discussão das populações, que pela sua matriz geográfica, humana, cultural e económica, desejam afirmar a sua matriz identitária. É lamentável que o Partido Socialista mais uma vez vá adulterando os aspetos reais de todo o processo da Troika, bem como as mudanças de opinião por taticismo político.

Quero, por último, parabenizar o Partido Socialista que, quase in natura do memorando da Troika, deu início a este belo processo. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – «Eu acho que os ganhos de escala têm a ver também com a parte administrativa. Eu acho que aqui não está a questão identitária nem de homogeneização no sentido negativo, mas é quase colocado numa dimensão separatista que também está fora de questão.

Portanto, o PPM já neste ponto votou contra há anos em Estoi e por questões históricas, até me lembrei que existe provavelmente um aqueduto de água que faz a ligação entre Faro e Estoi e, provavelmente, arqueologicamente pode-se fazer essa pesquisa e deve-se fazer essa pesquisa. Já tenho falado isso várias vezes, a gente tem que descobrir o aqueduto que abastecia Faro. E portanto, essa união umbilical envolve duas freguesias que deveriam ser conjuntas. Portanto, aqui a união faz a força e faz a economia também do sítio, porque tem que se fazer uma estrada ou tem que se fazer a distribuição do lixo ou a iluminação pública e tudo isso pode ser pensado como vantagem se for pensada em conjunto.

Lembrar que São Brás foi já uma freguesia de Faro e Olhão foi uma freguesia de Faro e hoje são completamente concelhos diferentes. Mas neste caso, eu penso que só teríamos a ganhar e vou lançar aqui um repto, ainda não tinha pensado nisso, mas começo a pensar seriamente em introduzir Montenegro nas freguesias de Faro. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício.



Esta preocupação que o nosso estimado Sr. Presidente da União das Freguesias de Faro tem, eu compreendo que esteja preocupado e sei que já em tempos me disse, quando eu lhe falei da Ministra Assunção Cristas, que era falar em história, mas então veja lá o que acha desta história que eu lhe vou dar, que é a seguinte: isto não é só uma Lei Miguel Relvas, que vou-lhe recordar quem era o Secretário de Estado das Autarquias Locais à data em que esta lei foi feita. Sabe quem era? Chamava-se Dr. António Leitão Amaro. Sabe quem é o Dr. António Leitão Amaro? É Ministro da Presidência, não é? Meu colega de faculdade, portanto, eu sei de quem falo também.

A preocupação do Partido Socialista também se prende com isto, é que quem assina parte desta Lei, é neste momento o Ministro da Presidência. Portanto, esperemos que o Senhor Ministro da Presidência, Dr. António Leitão Amaro, Presidente de várias RGA onde tive a oportunidade de discutir com o Dr. António Leitão Amaro, na altura, outro tipo de assuntos, talvez até mais importantes, não sei. Mas quero-lhe dizer que efetivamente esta pessoa que também assina esta lei é Ministro da Presidência, portanto esperemos que o Senhor Ministro da Presidência esteja em posição de voltar atrás.

Não sei o que acha desta história, como em tempos já me acusou de eu falar em história, mas também eu posso continuar a contar história. É que a resposta dá-se a si mesma quando me vêm falar então da Troika, eu nem tenho mais resposta para lhe dar senão aquela que o próprio Paulo Portas deu ao vosso Pedro Passos Coelho, que quis ir à Lei da Troika, tinha carinho. É resposta que o Paulo Portas vos dá, portanto, nem preciso de ser eu a responder porque o Paulo Portas já vos respondeu a essa situação e, portanto, isso é relativamente tranquilo.

Mas ainda devo dizer mais uma coisa, é que nós fomos sempre contra esta régua e esquadro. Ó Sr. Presidente da Junta, não estou a dizer que o Sr. Presidente da Junta era a favor, não ouviu isso da minha boca. O que eu lhe disse, Sr. Presidente da Junta, foi o Partido Socialista em geral não foi suportado em Lisboa por nenhuma decisão neste sentido. Nós fomos sempre contra esta régua e esquadro que não olhou a raízes socioculturais, sempre nos manifestámos contra esta lei. E portanto, estamos simplesmente a ser coerentes com aquela que foi a posição do Partido Socialista, não é do Partido Socialista em Faro e do Partido Socialista enquanto Partido uno. E, portanto, quando o Sr. Presidente da Junta nos diz a nós que isto é um escândalo que



estamos aqui a fazer, nós recordamos que vocês demoraram oito anos e de repente acordaram passados oito anos, não sei se ainda embriagados pelo José Sócrates ou não... Pelo filósofo, não sei se eles estavam embriagados.

Sr. Presidente, porque contra factos não há argumentos, a nossa moção foi apresentada muito antes, porque esta sempre foi a nossa intenção, Sr. Presidente. Muito Obrigada.»

**O membro da AM, Paulo Baptista (Independente)** – «Apenas para manifestar a minha posição sobre este assunto, que já vem de trás esta restauração da freguesia de Estoi e a separação da Conceição, lembro-me perfeitamente que em 2020, fazendo parte do PAN, fiz uma recomendação nesse sentido que foi aprovada por unanimidade. Posso já não fazer parte do PAN, mas assinei por baixo e continuo a assinar, por isso irei votar favoravelmente. Obrigado.»

**O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro (Sé/S.Pedro)** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para esclarecer aqui algumas coisas. Eu compreendo a preocupação do Partido Socialista, que é a mesma que a nossa e que a da CDU e que é de todos nós que votamos a favor. Este processo todos nós concordamos com ele, dizer que, inclusivamente, salvo erro, já era o Presidente Bacalhau, Presidente da Câmara, quando este processo foi aqui votado também o PSD, todos nós votamos contra, tenho essa ideia. No templo do Eng.º Macário, também todos votaram contra.

Já dissemos, aliás, o início da minha intervenção começou logo assim, que nós vamos votar favoravelmente esta moção, que é o que interessa. Nós já votamos isto em Estoi e vamos continuar aqui a votar favoravelmente e tudo vamos fazer para que esta desagregação se torne efetiva até ao final do ano.

Agora, a nossa indignação foi o PS apresentar um texto destes, inclusivamente foi para a comunicação social a acusar o PSD e o CDS, quando sabem perfeitamente que o PSD e o CDS eram contra este processo e inclusivamente o PSD/Faro, teve a iniciativa de apresentar uma moção para desencadear este processo. Isto também deviam ter dito e sabem o que é que ficava ainda melhor? É que houvesse, se calhar, um comunicado de imprensa conjunto. Mas não, preferiram fazer esta chincana política. Nós agora também podíamos fazer um comunicado, a dizer que o que está aqui dito é falso e



disparamos com a nossa moção, mas nós não vamos fazer isso. Sabem porquê? Porque é o processo que ia sair fragilizado e a democracia que ainda ontem estivemos a conquistar, também sairia fragilizada, por este tipo de chincana política, só serve para fragilizar e para deixar mais pobre a democracia. Não tenho mais nada a dizer.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito obrigado, Sr Presidente.

Eu nem estava a contar intervir e pensei que este ponto nem sequer gerasse confusão, porque a não ser que eu não consiga ler, o que nós estamos aqui a decidir que não é desagregação, sim ou não, é simplesmente uma tramitação daquilo que já foi decidido para uma decisão final. Ou seja: dentro deste enquadramento, obviamente que a maioria da Assembleia Municipal foi favorável, então, obviamente nós acompanhamos esta moção e dizemos, sim senhor, vamos dar continuação ao processo.

No entanto, é de facto caricato que neste momento que na moção se peça urgência neste assunto. O PS esteve de facto, oito anos no poder, esteve sete anos a dormir sobre este assunto, não conseguiu executar e agora, ao fim de um mês, pede urgência. Enfim, vou deixar isto no ar.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Bem, vocês conhecem aquela frase que é: a Internet não esquece. Portanto, eu acho que simples pesquisas no Google vão perceber que esta agregação que ocorreu foi feita à régua e esquadro, não se teve em linha de consideração valências sociais, valências do ponto de vista de espaços verdes, de espaços culturais, como fizemos em Lisboa, como na altura, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa fez e não foi a régua e esquadro, analisaram os vários recursos de cada uma das freguesias e redesenharam freguesias na perspetiva de otimizar o território. E sim, foi iniciativa do Governo do Partido Socialista em 2018, avançar finalmente com a desagregação. Como devem saber, a lei não permite que, seis meses anteriores a qualquer ato eleitoral, ocorra a desagregação de freguesias. Portanto, não foi o PS que deixou a meio, foi no caso o Presidente da República que decidiu dissolver a Assembleia da República e impediu que o Partido Socialista continuasse aquilo que estava a fazer bem. Esta era uma das medidas.



Mas não vamos aqui discutir grande semântica, porque o que me parece é que toda a gente nesta sala é favorável à desagregação da União de Freguesias de Conceição e Estoi.

Portanto, eu gostava de deixar o repto ao Sr. Presidente da Junta, que é amigo do Ministro da Presidência, e que lhe pergunte quando é que ele vai avançar com a desagregação e que nos traga essa informação na próxima Assembleia Municipal. Porque o que nós queremos é que o PSD, agora que está no governo, avance com este processo, é só isso que nós queremos. Se puder trazer a informação, estamos aqui para a ouvir. Obrigado.»

**O membro da AM, Tiago Botelho (PSD)** - « De facto, eu antes fazia-me acompanhar nestas reuniões com um documento em papel, em que tive a oportunidade de o reler algumas vezes e que é a tradução oficial publicada no Banco de Portugal do memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica, mais conhecido por acordo da Troika, que foi assinado pelo Governo do Engenheiro José Sócrates. Tem um capítulo na página 15 sobre a administração pública e que depois, na página 16, no ponto 3.44, diz: reorganizar a estrutura da administração local. Existem atualmente trezentos e oito municípios e quatro mil duzentas e cinquenta e nove freguesias. Até julho de 2012, o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e, sublinho, reduzir significativamente o número destas entidades. E, portanto, aquilo que foi feito foi a regua e esquadro sim, lembremo-nos que o Governo que tomou posse a seguir teve pouquíssimo tempo para cumprir esta meta de julho de 2012, que foi o Eng.º Sócrates que assinou e, obviamente, as agregações foram feitas de forma cega. Agora, uma nota pequena: o Relvas pode ter tido coisas muito mal feitas, mas ele enganou a Troika, porque, quando a Troika assinou isto connosco, não estava a pensar em freguesias. Obviamente que as freguesias pesam zero no orçamento de Estado. A Troika estava a pensar era em reduzir municípios e, ainda assim, tivemos muita sorte em termos reduzido freguesias e não municípios, senão aí então é que teríamos tido uma discussão nacional muito grande.

Portanto, isto está escrito, foi o que foi feito, foi mal feito, mas foi o que fomos obrigados a fazer. Agora, vocês tiveram oito anos no Governo, podiam ter resolvido o problema já há bastante tempo. Há de se resolver agora porque nós concordamos também que se resolva. Haja honestidade nos argumentos.



Assembleia Municipal de Faro  
26/04/2024

Ata nº. 41

Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções passou-se à votação da referida Moção, não estando presente na sala o membro do PSD Gameiro Alves.*

### VOTACÃO

Votos contra – 01 (PPM)

Abstenções – 00

Votos a favor -29 (9+1PSD;01CH;01CDS;01IL;01MPT;10PS;03CDU; 01BE;01IND)

*\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.*

*Face ao resultado obtido na votação, a Moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por maioria.*

*Passou-se seguidamente ao Voto de Pesar, apresentado pelo grupo municipal do PS*

### **Voto de Pesar**

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – « Voto de Pesar**

A bancada municipal de eleitos do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Faro um voto de pesar em memória de Manuel João Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Montenegro, entre 2005 e 2009.

Manuel João Gonçalves desde sempre mostrou vontade própria e total compromisso em servir a comunidade onde estava inserido, o Montenegro.

De qualidades humanas, de simpatia, de capacidade de trabalho, dinamização do trabalho em equipa, presença e participação nas diversas coletividades e associações da Freguesia, de trato fácil e de proximidade, empenhado em fazer o melhor possível pela sua Freguesia, com o falecimento de Manuel João Gonçalves, desaparece um dos mais distintos Presidentes da Junta do Concelho de Faro.

Todos devemos recordar e procurar honrar os momentos de fraternidade democrática e justíssima qualidade da sua liderança, realçando os excelentes serviços prestados à freguesia do Montenegro, destacando o papel de afirmação da Junta de Freguesia, o apoio ao Clube Desportivo de Montenegro, o trabalho na manutenção e na melhoria de caminhos, dos jardins, dos



Assembleia Municipal de Faro  
26/04/2024

Ata nº. 41

parques infantis e no apoio às diversas associações e coletividades da Freguesia.

O seu papel foi bastante grande ao longo do seu mandato. Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal, apresentam as mais sinceras condolências a toda a família e amigos, associando-se à dor da família, pedindo que a Assembleia preste um minuto de silêncio em memória de Manuel João Gonçalves.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal, solicitam também que este Voto de Pesar seja enviado à sua família.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro.”

*Não havendo intervenções passou-se à votação do referido Voto de Pesar, não estando presente na sala o membro do PSD Gameiro Alves e o membro do CHEGA Ana Maria Baptista André.*

#### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor -29 (9+1PSD;01CDS;01IL;01MPT;01PPM;10PS;03CDU;01BE;01IND)

*\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.*

*Face ao resultado obtido na votação, o Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista, foi aprovada por Unanimidade.*

*Seguidamente procedeu-se a um minuto de silêncio em memória de Manuel João Gonçalves.*

*Passou-se então à Moção apresentada pelo grupo municipal da CDU.*

#### MOÇÃO

##### **1.º de Maio**

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente.**

MOÇÃO 1.º de Maio



O Primeiro de maio é a comemoração do Dia do Trabalhador. Todas as conquistas laborais foram feitas através da luta, nada foi oferecido aos trabalhadores. O direito à greve, o direito às férias, o direito a férias pagas, a jornada máxima de trabalho de 8 horas, tudo isso foi conquistado com a luta dos trabalhadores. Nada foi oferecido e é nesse sentido que a CDU apresenta hoje esta moção a saudar o 1.º de Maio como o dia dos Trabalhadores e das suas lutas. Muito obrigado.»

*Texto da Moção*

“MOÇÃO 1º DE MAIO

Considerando que:

1. O 1º de maio é o Dia Internacional do Trabalhador e representa para milhões de trabalhadores um dia de luta, de afirmação dos seus legítimos interesses e aspirações, de exigência do cumprimento dos seus direitos e reivindicações;
2. A situação hoje, para milhares de trabalhadores em Portugal, pauta-se por altos índices de pobreza, resultado do aumento do custo de vida, da perda de poder de compra e, sobretudo, da política de baixos salários praticada no país;
3. Neste 1º de maio de 2024, em que se comemoram 50 anos da revolução libertadora do 25 de abril os trabalhadores, nas suas justas lutas por uma vida melhor, reafirmam a rejeição a uma política contrária aos seus desígnios, de justiça social e de respeito pelos seus legítimos direitos.
4. Reafirmam a sua disponibilidade para dar continuidade à luta para que se mantenham abertos os caminhos que abril abriu, condição única para a concretização do efetivo desenvolvimento do país.
5. Reafirmam a continuação da luta para o a melhoria das suas condições de vida e do povo, para o indispensável o aumento geral e significativo dos salários, acompanhado da melhoria das condições de trabalho, nomeadamente no que diz respeito a horários laborais e o fim da precariedade
6. A luta dos trabalhadores passa, também, pelo combate à exploração a que são sujeitos e à consagração da contratação coletiva, como instrumento de estabilidade, segurança e garantia labora;
7. Diariamente, em Portugal e no resto do mundo, os trabalhadores lutam



pela valorização do trabalho, pela justa distribuição da riqueza gerada por eles gerada e pelo necessário investimento nos serviços públicos, pelo acesso à habitação, pela paz, contra a guerra.

A Assembleia Municipal de Faro delibera:

- a) Saudar a luta dos trabalhadores em Portugal pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida de valorização e desenvolvimento do País
- b) Saudar a jornada de luta do 1º de maio, como momento alto da luta de todos os trabalhadores.”

*Não havendo intervenções, passou-se à votação*

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30 (09+1PSD;01CDS;01IL;01CH;01MPT;01PPM;10PS;03CDU;01BE;01IND)

*\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.*

*A Moção foi aprovada por unanimidade.*

*Passou-se à última Moção, apresentada pelo grupo municipal da CDU*

### **Moção**

**No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático**

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe** – «O dia 25 de Abril é o dia mais lindo da história moderna portuguesa e viu-se ontem em Lisboa, um povo alegre a celebrar o dia mais lindo da história moderna portuguesa. Nas palavras da poetisa Sophia de Mello Breyner Andersen, foi o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, onde emergimos de 48 anos de uma ditadura, de um tempo tenebroso, de um tempo escuro e emergimos para um tempo luminoso.

É verdade que há coisas ainda por fazer, por cumprir, mas em abono da verdade, tal não se deve ao 25 de Abril, mas a quem – porventura também a nós, que somos políticos, para quem não esteve à altura de cumprir os ideais de abril. Muito obrigado.»



*Texto da Moção*

Moção - No quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

O 25 de abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam - a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, se não imprimisse em todos os demais aspetos da vida, a marca intemporal que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, naquela madrugada, pelos Capitães de abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. O golpe militar transformou-se; em revolução; a mais humana, bela, grata e corajosa revolução, que por direito próprio ficou e lá permanece na nossa história contemporânea.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar abril é evidenciar o que foi o



fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar abril é afirmar e defender o Poder Local no



que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal de Faro delibera:

- 1 Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios;
- 5 Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas. (\*)
- 6 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.
- 7 Enviar esta moção a todas Ass. Municipais do Algarve, ao Conselho de Ministros, Ass. Da República e aos órgãos da comunicação social.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito obrigado, senhor Presidente.

Não discordando, naturalmente, em nenhum ponto da importância do 25 de Abril, a deliberação da CDU refere igualmente, no ponto 5, “Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas”, o que generaliza, obviamente, a todas as freguesias, inclusivamente a Freguesia da Sé e São Pedro. Devido a isto, não vamos acompanhar esta moção. Muito obrigado.»



Assembleia Municipal de Faro  
26/04/2024

Ata nº. 41

*Não havendo mais intervenções, foi posta à votação a Moção da CDU.*

Votos contra – 01 (IL)

Abstenções – 02 (01CH,01PPM)

Votos a favor – 27 (09+1PSD; 01CDS,01MPT,10PS,03CDU,01BE,01Ind)

*\*Um membro do CDS substituído nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.*

*A Moção foi aprovada por maioria.*

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Desta forma, chegámos ao fim dos trabalhos do dia de hoje. Uma boa noite e até à próxima sessão. Dou por encerrada a sessão.

---

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário